

Relações Monumentais: Interligando Memoriais e Conversas na Malanje Rural e Urbana, Angola

Aharon de Grassi

Resumo

A assombrosa riqueza petrolífera de Angola e as suas histórias de conflito e desigualdade atraíram-nos a construir narrativas binárias sobre o poder e a exploração, as quais não são, todavia, suficientes para uma compreensão precisa e uma ação esclarecida. O presente artigo utiliza uma perspectiva geográfica relacional que pretende ir além dos binarismos simplistas mediante uma análise conjunta da Praça 4 de Fevereiro, situada no centro da cidade de Malanje, e da proposta de construção do novo memorial rural da revolta da Baixa de Kassanje, a leste da cidade no Município de Kela. Com base em notícias dos meios de comunicação social e em registos etnográficos e históricos, situo a Praça 4 de Fevereiro na história mais geral da cidade na era colonial e assinalo as suas atuais tensões, ironias e utilizações práticas e políticas na geografia quotidiana da cidade. O memorial de Kassanje é um projeto relativamente desconhecido e tem vindo a estagnar desde que o Presidente Agostinho Neto anunciou a construção de uma primeira aldeia-piloto modelo, numa visita realizada em 1979. Analiso os planos e a cobertura dada pelos meios de comunicação social à construção em Kassanje de um projeto de aldeia e de um novo monumento e memorial, bem como de novas habitações e infra-estruturas sociais na mesma zona. Examinoo igualmente os pedidos de restabelecimento sobre o feriado nacional de 4 de Janeiro em memória dos mártires da repressão colonial (incluindo em Kassanje) e de atribuição de pensões militares aos angolanos da área afectados pela revolta de Kassanje. A análise mostra como os planos e o debate sobre a revolta revelam vozes diversas em conversa, e alterações significativas nas narrativas dominantes a seu respeito. De um modo mais geral, as discussões sobre Kassanje mostram as geografias rurais do nacionalismo (e dos monumentos que lhes estão associados), com a especificidade que lhes é própria e as respetivas ligações às zonas urbanas. Analogamente, uma compreensão dos dois monumentos nos respetivos contextos provinciais – tal como as suas ligações a Luanda – pode abrir novas perspectivas aos trabalhos que se têm centrado em Luanda e nas cidades de maior dimensão.

Introdução

A partir do exame de dois monumentos, um em relação ao outro, e a outros tipos de geografias, o presente artigo mostra como, em Angola, as narrativas em torno do nacionalismo e da memória são múltiplas, parciais, contestadas, contraditórias, reformuladas, cooptadas e objeto de apropriação sob várias formas e em diversas épocas e lugares.* Obtém-se, assim, uma imagem mais exacta da dinâmica da hegemonia, ao demonstrar que, para o Estado, não é fácil apropriar-se das memórias sem abrir-se também a reivindicações, porque intervem em geografias complexas, multifacetadas, e os resultados e consequências dessas intervenções não são totalmente previsíveis ou controláveis. A análise pode situar-se, assim, num debate mais geral sobre o espaço, o poder e, mais precisamente, sobre o conceito fundamentalmente espacial de hegemonia, que as análises sobre Angola têm invocado de forma imprecisa, contraditória e coloquial, sem grande atenção à volumosa bibliografia de Antonio Gramsci e dos autores subsequentes¹. Para entender a dinâmica da hegemonia, é necessário compreender as geo-histórias e não invocar simplesmente uma lei natural de que «para cada tendência hegemónica, existem sempre tendências contra-hegemónicas»².

Em suma, os factos a seguir analisados incluem, em primeiro lugar, uma praça renovada na cidade de Malanje, cujo nome evoca a revolta nacionalista de 4 de Fevereiro de 1961 em Luanda, praça essa anunciada em 2005, novamente anunciada em 2010 e construída nos anos seguintes. Em segundo lugar, um Dia dos Mártires da Repressão Colonial instituído como feriado em 1996, o anúncio em 2010 de novos planos para um projecto de aldeia e um memorial (ambos na pequena aldeia de Teka dya Kinda) comemorativos à revolta de Kassanje em Janeiro de 1961, que abrangeu grande parte da zona do algodão nas planícies do leste da província de Malanje, a despromoção, em 2011, do feriado dos mártires, transformado numa data de celebração nacional, a construção, em 2016, de um monumento local, a reassumpção pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), em 2017, do compromisso de executar o novo projecto de memorial, e a reabilitação do cemitério em 2018.

* Este trabalho foi possibilitado pelo apoio concedido pela Universidade da Califórnia, Berkeley (Centro de Estudos Africanos, Bolsas Rocca de Pré-Dissertação e Dissertação, e Subvenções e Bolsas da Escola de Pós-Graduação), o Departamento de Educação dos EUA (*Fulbright-Hays Doctoral Dissertation Research Abroad*, e *Foreign Languages and Area Studies Summer and Year Fellowships*), o Programa de Estudos Agrários da Universidade de Yale (bolsa de pós-doutoramento) e da Universidade da Califórnia, Santa Cruz, Departamento de Antropologia. O autor agradece também os comentários formulados por dois revisores anónimos.

¹ M. Akers, G. Hart, S. Kipfer e A. Loftus (eds), *Gramsci: Space, Nature, Politics* (Chichester: John Wiley & Sons, 2013); comparar com C. Buire, “L’Hégémonie Politique à l’Épreuve des Musiques Urbaines à Luanda, Angola”, *Politique Africaine*, 141, 1, 2016, 53–76; C. Gastrow, “Negotiated Settlements”, (tese de doutoramento não publicada, Chicago: Universidade de Chicago, 2014), 254–6, 269, 272, 299; C. Messiant, “The Mutation of Hegemonic Domination” in P. Chabal e N. Vidal (eds), *Angola: The Weight of History* (Londres: Hurst, 2007), 93–123; D. Péclard, *Les Incertitudes de la Nation en Angola* (Paris: Karthala, 2015), 29–45; J. Schubert, *Working the System* (Ithaca: Cornell University Press, 2017); R. Soares de Oliveira, *Magnificent and Beggar Land* (Londres: Hurst & Company, 2015); N. Vidal, “The Historical-Sociological Matrix and Ethos at the Heart and Strength of MPLA’s Modern Angola”, *Tempo*, 25, 1, 2019, 153–173.

² A. Tomás, “Refracted Governmentality” (tese de doutoramento não publicada, Nova Iorque: Universidade de Columbia, 2012), 325.

Estes e outros eventos suscitam perguntas difíceis sobre ideias simplistas de um poder sem entraves: se, como alguns estudiosos sugerem, a administração do MPLA procurou construir e manter uma “narrativa mestra” sobre o seu papel exclusivo na luta de libertação nacional, por que razão prometeu construir um grande projecto no local dessa outra grande revolta anticolonial de Kassanje (cuja principal responsabilidade quase nunca é atribuída ao MPLA), instituiu um feriado nacional anual no dia da revolta de Kassanje e deu repetidamente destaque a essa revolta ao longo de décadas e em todo o país? Além disso, nas últimas décadas, as ações da administração do MPLA também foram aproveitadas por diversas pessoas, que reiteraram insistentemente cinco reivindicações fundamentais em relação a Kassanje: (1) um monumento/memorial, (2) conclusão da aldeia-piloto prometida, (3) pensões, (4) reposição do feriado e (5) infra-estruturas regionais. Esses casos complexos de aproveitamento e reformulação perdem-se nos retratos simplistas de um poder sem obstáculos da elite estatal do MPLA, aquilo que Pitcher descreve como “uma narrativa familiar sobre a guerra, os ditadores, a desigualdade e a maldição dos recursos naturais em África”⁴.

Pelo contrário, Schubert procura, com razão (e diplomaticamente), mais do que uma “hegemonia imposta de cima”, mas fá-lo invocando os conceitos problemáticos de hegemonia “coproduzida”, “narrativa mestra” e “o sistema” como uma espécie de *deus ex machina*.⁵ Schubert atribui a frase “narrativa mestra” a Primorac, que apenas utiliza, mais precisamente, o termo “ficção mestra”, citando Mbembe, que por sua vez cita Wilentz, que se refere à expressão utilizada no capítulo explicitamente Weberiano de Geertz de um tributo de 1977 ao excêntrico cruzado anticomunista da Escola de Chicago, Edward Shils!⁶ William Roseberry é, na verdade, bastante crítico de Geertz, realçando “a inadequação fundamental do texto como uma metáfora para a cultura” porque “o texto é escrito e não escrita. Ver a cultura como um conjunto de textos ou como uma forma de arte é retirar a cultura do processo da sua criação”⁷. Do mesmo modo, a ênfase nas abordagens “emic/etic” provém da linguística estrutural da década de 1950, daquele tipo que Gramsci – um linguista experiente – criticava ao salientar o “senso comum” popular, fragmentário e contraditório.

A utilidade do conceito de hegemonia reside no modo como mostra as formas específicas e mutáveis como elementos contraditórios e variáveis são contingentemente aglutinados, através do

³ Uma sexta reivindicação, a reorganização administrativa de Kassanje numa 19.^a Província, foi salientada pelo Rei de Kassanje e não muito referida após o seu falecimento em 2006. Para um mapa pormenorizado da zona, ver A. de Grassi, “Water and African Liberation: The 1961 Kassanje Revolt”, in *Water: An Atlas* (Oakland: Guerrilla Cartography, 2018), 129.

⁴ “Book review: Magnificent and Beggar Land”, *Journal of Modern African Studies*, 54, 2016, 353.

⁵ Schubert, *Working*, 182

⁶ W. Roseberry, “Balinese Cockfights and the Seduction of Anthropology”, *Social Research*, 49, 4, 1982, 1013–28; R. Primorac, “The Poetics of State Terror in Twenty-First Century Zimbabwe”, *Interventions* 9, 3, 434–50; A. Mbembe, “Provisional Notes on the Postcolony”, *Africa*, 62, 1, 1992, 16; S. Wilentz, *Rites of Power* (Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1985), 5, 8; C. Geertz, “Centers, Kings, and Charisma: Reflections on the Symbolics of Power”, in J. Ben-David e T. N. Clarke (eds), *Culture and its Creators: Essays in Honor of Edward Shils* (Chicago: University of Chicago Press, 1977), 150–171.

⁷ Roseberry, “Balinese”, 1021.

consentimento e da coerção (e do compromisso) –, e não numa *ausência* de contradições e de coerções. A hegemonia, segundo Gramsci, implica “força e consentimento... como uma relação dialéctica”⁹. A hegemonia, salienta Stuart Hall, é “uma conjuntura contraditória” que “tem de ser continuamente trabalhada e reconstruída para se manter”, pelo que a presença de coerção e de contradições não significa necessariamente falta de hegemonia, existência de limites ou “fissuras” na mesma, ou algum tipo de “contra-hegemonia”¹⁰.

Esta ideia é fundamente contrária a uma concepção Weberiana do poder que *naturaliza* a continuidade institucional em asserções metafísicas sobre a “habituação instintiva”, orgânica, dos seres humanos, baseada “em fundamentos mágicos devido ao medo de males sobrenaturais”, que inspira alguns esforços para explicar Angola com a asserção de que, “uma vez estabelecidas, as instituições adquirem vida própria e são extremamente difíceis de contornar”¹¹.

Para compreender a hegemonia é, por conseguinte, necessário um estudo rigoroso das contradições existentes nos discursos hegemónicos e no “senso comum” popular, e os próprios *processos históricos e geográficos que produzem contradições*, as quais não estão limitadas a polissemia e ambivalências inerentes aos “idiomas da raça, da classe e da família”¹². Para os compreender, é também necessário ir além das metáforas do espaço como palimpsesto. Deste modo, embora, nas palavras de Roseberry, uma ordem dominante possa *prescrever* “formas de expressar tanto a aceitação como o descontentamento”, tal não significa que essas formas sejam claras e estáveis, nem que o protesto e a resistência assumam *apenas* as formas prescritas, e muito menos que estas constituam um quadro comum para todas as práticas e significados populares¹³.

Em vez de resultarem de uma hegemonia/poder que, a partir de um enclave, se projecta de forma intrusiva sobre e através de um espaço relativamente passivo, os projectos hegemónicos de reconstrução produzem activamente o próprio espaço, uma vez que mobilizam o consentimento popular ao prometerem reconstruir a infra-estrutura anteriormente existente (construída, em parte, para compensar uma vasta exploração), que as pessoas ainda recordam nitidamente e com a qual contactam quotidianamente através dos escombros materiais. Se entendermos incorretamente os padrões de infra-estrutura e de conflito, não conseguimos avaliar estas amplas experiências populares de integração ocorridas no passado e os vestígios que dela subsistem, somos menos capazes de reconhecer a forma como o consentimento popular é mobilizado e mais propensos a adotar perspectivas unidireccionais incorretas da hegemonia como algo imposto e/ou comprado do topo para baixo e do centro para fora.

⁸ Cf. Schubert, *Working*, 7.

⁹ Cited in P. Thomas, *The Gramscian Moment* (Leiden: Brill, 2009), 166.

¹⁰ S. Hall, “Race, Articulation and Societies Structured in Dominance”, in *Sociological Theories: Race and Colonialism* (Paris: UNESCO, 1980), 332.

¹¹ M. Weber, *Economy and Society*, 1922, G. Roth e C. Wittich (eds) e E. Fischhoff *et al.* (trad.) (Berkeley: University of California Press, 1968), 261, 333; Soares de Oliveira, *Magnificent*, 47.

¹² Schubert, *Working*, 10.

¹³ W. Roseberry, “Hegemony and the Language of Contention” in G. Joseph e D. Nugent (eds) *Everyday Forms of State Formation* (Durham, NC: Duke University Press, 1994), 363–4.

Métodos

As análises do poder, do nacionalismo e da reconstrução em Angola têm sido limitadas por generalizações excessivas e o enfoque em Luanda, bem como pela insuficiente atenção dada a um trabalho de campo em profundidade e à investigação de arquivos (para não falar de análises fundamentadas com o conhecimento das línguas locais). Surpreendentemente, parecem não existir ainda estudos aprofundados com base em períodos de residência prolongada nos locais onde a maioria dos angolanos efetivamente vive – ou seja, fora do centro de Luanda e de outras grandes cidades –, à exceção daqueles que eu realizei. Essa marginalização analítica agrava a marginalidade e o empobrecimento históricos das zonas rurais. Embora centenas de obras académicas refiram a importância de Kassanje – como uma das principais fontes do tráfico de pessoas escravizadas, dotada de uma estrutura sociopolítica complexa e, logo, um local-chave para a história de África –, quase nenhuma aborda as práticas e as condições de existência da população que ali vive atualmente (para além dos estudos relacionados com os diamantes).

Similarmente, a literatura relativa aos monumentos africanos está centrada em figuras históricas, predominantemente masculinas, e sobretudo nos pontos centrais das cidades capitais. Há literatura também volumosas e relevantes no domínio da geografia e dos estudos africanos, incluindo sobre a remodelação e as tensões dos monumentos erigidos no passado a figuras coloniais e opressoras (particularmente relevantes na esteira do movimento *Black Lives Matter* (As Vidas Negras Importam) nos Estados Unidos), bem como algumas obras sobre as dinâmicas rurais (designadamente no Zimbabué e no Quénia), e aguardo com expectativa a possibilidade de estabelecer conexões analíticas e comparativas em trabalhos futuros. O presente artigo pretende, assim, descrever alguns factos essenciais da realidade angolana neste domínio. Embora me debruce sobre um monumento central de uma capital de província, a cidade em causa não é a capital do país e analiso também um monumento rural, perspectivando os dois monumentos em relação um ao outro, como interligados, e não “casos de estudo” isolados e separados.

O presente artigo recorre assiduamente à base de dados em linha da ANGOP, a agência noticiosa do Estado angolano. Em relação aos acontecimentos ocorridos desde 2000, salvo especificação em contrário, utilizo como fontes artigos da ANGOP referentes às datas em causa. Como já foi dito noutros lugares, trata-se de uma fonte que é, por vezes, apressadamente criticada e descartada, mas que, na verdade, contém muitas informações úteis¹⁴. Além disso, se ignorarmos esta fonte pelo mero receio de um “enviesamento estatal” corremos o risco de menosprezar o trabalho de numerosos jornalistas. Uma limitação desta fonte é a dificuldade em destringir as notícias da ANGOP que foram

¹⁴ A. de Grassi, “Provisional Reconstructions: Geo-Histories of Infrastructure and Agrarian Configuration in Malanje, Angola” (tese de doutoramento não publicada, University of California, Berkeley, 2015) 24, *inter alia*. Cf. também M. Moorman, *Powerful Frequencies* (Athens: Ohio University Press, 2019).

reproduzidas em jornais impressos das que foram transmitidas na televisão e na rádio. Os jornais e a televisão têm tido menor difusão fora de Luanda, mas a rádio era mais acessível, sendo também emitida em línguas locais e divulgando notícias que, muitas vezes, não chegaram aos fóruns noticiosos nacionais. Embora eu tenha utilizado principalmente a imprensa estatal, devido à maior disponibilidade de relatos pormenorizados ao longo dos anos, consulte também toda a “imprensa independente” a que pude ter acesso. E apesar de ter efetuado uma investigação aprofundada na cidade e na província de Malanje, a informação que aqui transcrevo necessita de ser complementada – e pode ser alterada – por informações provenientes de novos trabalhos de campo nos locais em apreço.

Procuró escrever de forma a tornar claras as incertezas, lacunas, interpretações alternativas e informações contraditórias, e não para apresentar uma narrativa inteiramente coerente e categórica. Em consequência desta opção, o artigo poderá tornar-se algo complicado e confuso, pelo que apelo à paciência dos leitores, uma vez que esse é precisamente um dos aspectos que pretendo mostrar, ou seja, aquilo que se perde quando os analistas privilegiam a parcimónia em detrimento da precisão.

Os argumentos e materiais aqui apresentados são moldados pelas minhas próprias experiências. Visitei Malanje e a Praça 4 de Fevereiro por diversas vezes, entre 2008 e 2016; vivi perto da praça durante vários meses, em 2009 e 2013; e estive frequentemente na praça e nas suas imediações para realizar várias actividades (compras, idas ao banco, reuniões, etc.), em 2011 e 2012. A minha dissertação de doutoramento, em 2015, incluiu um capítulo sobre Kassanje que deu lugar a um artigo posteriormente debatido por mim em Angola, em janeiro de 2016, e que viria a ser publicado (também na Internet) em 2018. O capítulo e o artigo analisaram um vasto conjunto de informações e basearam-se em relatórios recentemente encontrados, argumentando que a revolta teve um carácter político moldado pelas suas interconexões sócio-espaciais. Anteriormente, visitei o memorial em 2009, comprei em Luanda, no ano de 2011, um livro essencial sobre a revolta, assisti uma palestra em Keswa (Quessua) em 2012, reuni brevemente com a Associação em 2012 e efectuei trabalhos de investigação em Lisboa, em 2013 e 2014.

“Fissuras” ou contradições?

Uma perspectiva “pessimista” simplista poderia interpretar algumas das questões relativas aos monumentos de Malanje à luz da narrativa binária de uma elite “crioula” dominante do MPLA, residente em Luanda, que geralmente olha com desdém a população das distantes zonas rurais e procura proteger uma “narrativa mestra” sobre o seu papel exclusivo na luta de libertação nacional. Uma tal perspectiva poderia dar como exemplo os factos de não terem sido atribuídas pensões de reforma aos veteranos da revolta de Kassanje, de essa data ter deixado de ser comemorada como feriado nacional oficial, com dispensa do trabalho, e de o novo memorial, além dos muitos anos de atraso na sua construção, ter sido localizado relativamente perto da cidade (e não na Baixa propriamente dita) e projectado num estilo modernista - um projecto de que apenas foi construída uma pequena estrutura

simbólica (ver Figura 1, *infra*). Entretanto, o governo afectou fundos para a construção da Praça 4 de Fevereiro no centro da cidade de Malanje, num espaço rodeado por edifícios e empresas pertencentes à elite, onde antes havia uma praça com o nome de um oficial colonial envolvido na repressão à revolta de Kassanje. Mais uma vez, considere aqui que essa é uma interpretação unilateral, pessimista e reducionista de uma realidade que merece uma análise mais complexa.



Figura 1: Fotografia de satélite do Monumento do Cemitério próximo de Teka dya Kinda (2019), *Google Maps*

A Praça 4 de Fevereiro não foi construída sem problemas. A sua construção registou atrasos, tendo as obras, inicialmente anunciadas em 2005, sido orçamentadas e de novo anunciadas 5 anos depois, em 2010, e somente concluídas anos mais tarde. Assim, é evidente que o anúncio e a conclusão da praça não foram manobras concertadas para ganhar votos nas eleições de 2008 ou de 2012 (que aliás o MPLA venceu facilmente em Malanje e em Kassanje). Acresce que, embora estivesse inicialmente previsto que a praça teria uma estátua do primeiro Presidente de Angola, Agostinho Neto, esse projecto foi cancelado. Além disso, a Praça 4 de Fevereiro foi anunciada no âmbito de um esforço mais geral de melhoria da cidade, incluindo a renovação de várias rotundas principais e a colocação de estátuas da

histórica Rainha Njinga Mbandi e da Palanca Negra, animal nativo de Malanje e símbolo nacional de Angola. A influência das imposições “crioulas”, vindas de cima, sobre a periferia é parcialmente desmentida pelo facto de estas estátuas da Malanje regional e rural terem sido realmente colocadas no centro da cidade, mas não a do Presidente Neto. A própria casa onde Neto viveu, por um curto período, em Malanje permanece, entretanto, numa relativa obscuridade, apenas assinalada por uma pequena placa num edifício carecendo de obras. Além disso, os planos municipais relativos às estátuas foram anunciados na primeira reunião do Conselho de Auscultação e Concertação Social, uma espécie de fórum consultivo, não vinculativo, que constituiu um pequeno passo em frente num processo gradual de descentralização.

A praça propriamente dita é, na realidade, muito mais pequena do que os planos oficialmente anunciados para Kassanje, em 2010, pelo Governador de Malanje. Em contrapartida, o projecto de Kassanje afigura-se relativamente grande: 30 casas e várias outras instalações. Com efeito, é possível que a grande dimensão e complexidade do projecto de Kassanje fossem um dos obstáculos à sua concretização, sobretudo tendo em conta as dificuldades económicas que se fizeram sentir de 2012 em diante. Acresce que um projecto tão ambicioso para uma pequena aldeia com poucas centenas de habitantes poderia sujeitar o governo a uma multiplicação de pedidos provenientes de outras localidades da Baixa e não só, tanto mais que a Associação afirmava ter cerca de 40 000 membros (em todo o país). Poder-se-ia contrapor, porém, que talvez esses planos fossem apenas um estratagema, que nunca houvera uma intenção sincera de os concretizar e que os contínuos adiamentos serviram exactamente para ir incentivando o apoio político ao longo do tempo.

Nas secções seguintes, descrevem-se pormenorizadamente os projectos de 4 de Fevereiro e de 4 de Janeiro em Malanje, para contextualizar a análise subsequente. A terceira secção faz uma narrativa sobretudo cronológica sobre Kassanje, o feriado de 4 de Janeiro, o memorial/monumento e as pensões, a fim de analisar a atual dialéctica espacializada entre o Estado e a sociedade. A conclusão resume as principais reivindicações e o seu significado para Angola e para um debate mais geral.

Antecedentes, interpretações binárias e mais além

A Praça 4 de Fevereiro

Além da ênfase acima dada às complexidades, a presente secção especifica como as conotações coloniais residuais da Praça 4 de Fevereiro só podem ser entendidas em relação com outras dinâmicas de ordem prática e frequentemente de sinal oposto.

A praça situa-se numa zona bastante central da cidade, logo a seguir às movimentadas lojas que partem da ponte sobre o rio Malanje e pouco antes dos jardins do centro da cidade, onde se localiza também uma sumptuosa agência do banco nacional. Do lado leste dos jardins, fica o imponente edifício

de dois andares que acolhe a sede provincial do MPLA (antiga sede da Câmara do Comércio colonial de Malanje), inaugurada por Neto em 1979, na mesma visita para inaugurar o projecto de Teka e a que me referirei várias vezes no texto seguinte.

A praça consiste num largo praticamente aberto, com alguns canteiros de jardim com relva, arbustos e árvores, cercados de assentos em cimento, bancos de jardim, algumas pérgulas de madeira, candeeiros, bandeiras coloridas simples (vermelhas, amarelas e pretas), um pequeno lago e paredes com placas negras onde estão inscritos mais de cem nomes de nacionalistas que participaram na luta armada de libertação nacional, bem como algumas passagens de poemas do Presidente Neto¹⁵.

O projecto da praça foi anunciado pela primeira vez em 2005, aproximadamente na altura em que estava a ser concluído o grande monumento principal ao 4 de Fevereiro (construído pela empresa China Jiangsu e com um orçamento de 4 milhões de dólares dos EUA), no local onde se realizaram as reuniões em que a revolta foi planeada, no bairro do Cazenga, em Luanda. A *catana* conspicuamente exibida como um dos principais símbolos dos acontecimentos de 4 de Fevereiro é um sinal de ruralidade na urbana Luanda (embora não haja catanas na praça de Malanje) –, mas mesmo este monumento central ao 4 de Fevereiro já estava, em 2019, parcialmente degradado.

O segundo anúncio da nova praça de Malanje foi feito em 4 de Fevereiro de 2010, um dia antes da promulgação da nova Constituição. A escolha desta data é importante e voltarei a abordá-la nas próximas secções. O governador afirmou que a praça custaria 1,8 milhões de dólares dos EUA e demoraria cinco meses a construir. Não se sabe ao certo quanto foi efectivamente orçamentado e gasto. Embora o orçamento de 2010 tenha afectado fundos (170 000 000 Kwanzas, ou seja, aproximadamente 1,7 milhões de dólares dos EUA, na altura) para a reabilitação e requalificação de parques, largos, praças e pracetas de Malanje, é possível que esses fundos também tenham sido gastos noutros projectos e que a praça tenha recebido financiamento de outras rubricas orçamentais. O projecto foi concluído em alguns anos.

¹⁵ Podem ver-se fotografias em: https://3.bp.blogspot.com/-I6yo2Rp_gE8/T0Mp8eUXAbI/AAAAAAAAAD0/qc9BOrg-Nmw/s1600/a+noite+nao+segura+nas+ruas+de++Malanje.jpg. Não sei ao certo se esses nomes só incluem pessoas envolvidas nos acontecimentos de 4 de Fevereiro ou também outras pessoas. Todas as ligações são de Junho de 2019.

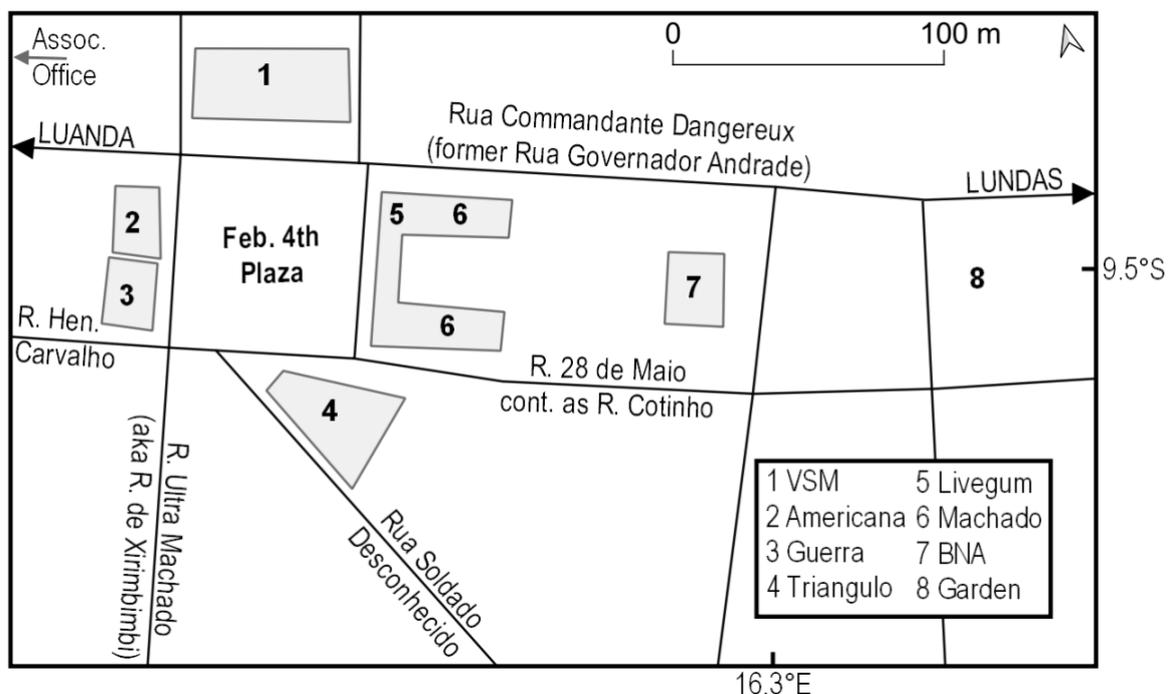


Figura 2: Praça 4 de Fevereiro, Cidade de Malanje

No período colonial, a praça de Malanje servia basicamente de parque de estacionamento para os automóveis dos colonos brancos. A dada altura, talvez no final da década de 1960 ou na década de 1970, mudaram-lhe o nome para Praça Rebocho Vaz, em honra do Tenente-Coronel Camilo Rebocho Vaz, um chefe militar que reprimiu as revoltas de 1961 na Baixa de Kassanje e nas zonas de produção de café no norte, e que posteriormente foi Governador de Distrito do Uíje, em 1961–1966, e Governador-geral de Angola, no importante período de 1966–1972. Já em 1974, durante a transição para a independência, alguém escrevera para o jornal de Malanje a queixar-se do “nome injusto de Rebocho Vaz”, instando a que fosse mudado (se bem que para Vasco de Gama)¹⁶.

A descrição seguinte deverá ser recordada quando eu descrever, mais adiante, os eventuais indícios da importância desta zona. Embora a praça se situe mais ou menos no centro da cidade de Malanje, dificilmente terá uma importância central para a grande maioria dos seus habitantes, nem em termos práticos nem simbolicamente. Em muitos aspetos, passa despercebida: não é assinalada por uma placa ou um letreiro de grandes dimensões, a identificação existente é de difícil leitura e facilmente se passa pela artéria principal sem dar pela sua existência. Alguns candeeiros deixaram de funcionar e do outro lado da rua fica um edifício de vários andares cujo piso térreo tem fugas de água há vários anos e é usado como lixeira e acampamento de pessoas sem-abrigo. A sede do Governo Provincial não fica nesta zona, mas sim no outro extremo do centro da cidade. Embora alguns estudantes por ali andem às vezes e se realizem eventos ocasionais no terreno vazio do outro lado da rua, a praça não é muito usada, nem informalmente nem em celebrações formais do Estado.

¹⁶ J. R. C. Junior, “A Praça Rebocho Vaz”, *Ecos do Norte* (Malanje), 16 de Junho de 1974, 3.

Essas limitações à importância efetiva da praça na actualidade contrastam radicalmente com o modo como a toponímia colonial das ruas circundantes ilustra a conquista, a exploração científica e a exploração económica, consubstanciadas em nomes como Henriques de Carvalho (antigo explorador etnográfico e governador da província vizinha da Lunda, a leste), Gago Coutinho (um importante defensor da utilização da geografia ao serviço da colonização), e Louro da Gama (presidente da união agrícola colonial e da câmara municipal). Contudo, muitos destes antigos nomes coloniais foram ignorados ou substituídos por outros nomes. A artéria principal da cidade, situada ao longo do histórico terminal ferroviário, ostentava anteriormente o nome de José Baptista de Andrade, um governador colonial do século XIX (que promoveu a construção do caminho de ferro e da cidade), mas foi rebaptizada com o nome de Paulo da Silva Mungungu (Comandante Dangereux), um combatente pela liberdade morto nos acontecimentos de 27 de Maio de 1977. A mudança de nome talvez seja uma afirmação da importância de Malanje para os ditos acontecimentos, um aspecto fundamental ignorado pela maioria dos relatos¹⁷. Do mesmo modo, a rua Ultra Machado recebeu o nome do oficial português que finalmente conquistou Kassanje em 1911, mas na prática quase ninguém a conheceria por esse nome. Em vez disso, as pessoas chamam-lhe “Estrada Xirimimbi”, o nome de um antigo membro da elite local e representante de Malanje no parlamento (anteriormente líder do grupo parlamentar do MPLA e antigo ministro das Finanças, por um curto período) – segundo parece, um símbolo de poder e orgulho provincial presente na capital –, mas que também remete para as persistentes ligações ao mundo rural, nomeadamente a Kassanje, onde perduram as memórias de um chefe (*soba*) Xirimimbi morto nos confrontos com os portugueses, durante a revolta¹⁸.

Para além da toponímia, o ambiente construído (e a sua utilização) em redor da praça também ilustra essa polissemia, bem como as ligações sócio-espaciais entre a cidade, as zonas rurais e Luanda, em múltiplas configurações de potencial significado.

A importância da praça poderá ser, em parte, determinada pela sua posição em relação às áreas circundantes. A leste da praça há duas torres gémeas incompletas, dois dos edifícios mais altos de Malanje, que não foram concluídas antes da independência pelo Grupo Sousa Machado, um grande conglomerado diversificado. As torres exibem cinco andares de tijolo nu, encimados por mais um piso e meio em que apenas há varão para betão armado e cimento. As torres inacabadas constituem um testemunho visível tanto do crescimento económico da fase final da economia colonial e da sua ambição míope, como da turbulência da transição pós-colonial. As partes fechadas das torres são habitadas e estão assentes no topo de um complexo funcional de edifícios com alguma importância. O rés-do-chão acolhe lojas comerciais, um banco e os escritórios da Lusolanda, a conceituada empresa de comércio de automóveis. Entre o rés-do-chão e as torres ficam alguns escritórios do governo provincial, como o

¹⁷ de Grassi, “Provisional Reconstructions”, 260–4. Esta eventual associação não é invalidada pelo facto de outros locais de Angola terem sido igualmente baptizados com o nome de Dangereux.

¹⁸ A. Freudenthal, “Dossier: Baixa de Kassanje, 1961”, *Novo Jornal* (Luanda), 4 de Janeiro de 2013, 2–5.

Departamento do Comércio, e também os escritórios da influente Liga da Velha Guarda de Malanje (LIVEGUM), fundada em 1989¹⁹.

A sul fica o “Triângulo”, um restaurante de referência que, segundo o seu proprietário, começou por vender cachorros-quentes e refrigerantes. Era apenas um contentor de transporte marítimo reconvertido, que depois se expandiu, tornando-se um dos sítios mais centrais e certos para encontrar uma refeição, com destaque para o bufete servido ao almoço e normalmente constituído por farinha de mandioca (*funje*) e complementos, bem como arroz e massa (um testemunho dos profundos efeitos da guerra em termos alimentares). Nas palavras do proprietário, “antes de instalar o contentor, aquele espaço era uma grande lixeira. Chamavam-lhe a lixeira da cidade”. O proprietário, porém, era também vice-presidente da Liga da Velha Guarda, situada do outro lado da estrada, e filho do diretor da Câmara de Comércio de Malanje. Exemplificando, uma vez mais, as ligações a Kassanje, outro empresário e antigo diretor da Câmara de Comércio, Pedro Kapassa, faz parte da Associação de Kassanje e foi um dos principais patrocinadores da construção dos projectos de Kassanje.

A norte, situa-se um edifício de apartamentos com vários andares. Como é característico do estilo tropical modernista dos edifícios de Luanda, no piso térreo há um passeio coberto suportado por pilares, com lojas comerciais. Acima deste piso, há cinco andares que se estendem por um quarteirão inteiro. O edifício foi construído por outro proeminente conglomerado colonial presente em Malanje, Vitorino Sampaio Magalhães (VSM). VSM pertencia à Associação Comercial de Malanje na época colonial, mas era mais conhecido pela sua fábrica de transformação de mandioca “Mandioqueira de Malange”. Possuía também uma grande fábrica de descasque de arroz, vários milhares de hectares de plantações, armazéns em Luanda e um escritório em Lisboa na Rua dos Fanqueiros, pouco acima da Praça do Comércio. Durante a revolta da Baixa de Kassanje, VSM foi uma das principais vozes que exigiram ao Estado a compra de armas para que ele e outros empresários brancos pudessem diminuir o risco de sofrerem prejuízos devido aos ataques. Este enorme edifício era, por conseguinte, uma representação urbana do poder de extração de mais-valias das zonas rurais pela economia colonial.

Todavia, após a independência, o edifício passou a ser conhecido como Edifício Che Guevara. E Pedro Kapassa também iniciou, em 2011, uma Sociedade Mandioqueira de Malanje restaurada, associando-se a um colega proprietário de uma empresa que esteve durante uma década sediada nos Estados Unidos. Em 2013 alguém tinha grafitado em grandes letras negras, no alto da fachada central do edifício, “Black Money” (em inglês). Provavelmente, não será simplesmente uma cobertura racial para a continuada exploração pela elite, mas sim um testemunho da efetiva alteração das condições para os angolanos negros, numa antiga cidade colonial construída com base na exploração da mão-de-obra rural, e uma orgulhosa afirmação de pertença a uma diáspora negra transnacional anglófona.

¹⁹ I. Soares, “LIVEGUM Assinala 23 Anos de Existência: Velha Guarda de Malanje Intensifica Apoios à Comunidade”, *Novo Jornal* (Luanda), 21 de Setembro de 2012, 19.

A oeste, há dois edifícios de apartamentos com vários andares, que também demonstram a profundidade e a força da economia colonial, bem como as suas ligações geográficas e raízes rurais. Um dos edifícios pertencia à Casa Americana Comercial, uma importante empresa colonial, mas parte do seu piso térreo estava destruída e com fugas de água, sendo utilizada como lixeira e por pessoas sem-abrigo. Ao lado, ficava um edifício que em 1974 estava quase concluído, pertencente a Virgínio Guerra, a quem chamavam Grande Malanjino, dono de uma plantação em Kunda dya Baze, na Baixa. Guerra construíra nesse terreno, depois de o comprar a Vasco da Silva Luciano, que em 1946 era presidente da Associação Comercial de Malanje colonial, e de demolir o antigo edifício que o ocupava.

Em suma, embora existam indícios passados e presentes da importância, da riqueza e do poder urbano e da elite na área da Praça 4 de Fevereiro, um exame mais atento dos pormenores, bem como das práticas e dos significados populares concretos não corrobora uma narrativa binária simples.

Origens da promessa de Teka

Também no caso das questões relativas ao 4 de Janeiro em Kassanje, é essencial reconhecer que, desde o início, existiam tensões inerentes. Em 20 de agosto de 1979, o Presidente Neto deslocou-se a Kela e, conforme foi noticiado no *Jornal de Angola*, “[l]ançou simbolicamente a primeira pedra para a edificação de uma aldeia-piloto para camponeses daquela área, que deve ficar concluída em 10 de Dezembro do corrente ano”²⁰. Após as visitas efetuadas nos dias anteriores a outros locais da Província de Malanje (incluindo a inauguração da nova sede do Comité Provincial do MPLA), Neto viajou 122 quilómetros de carro até Kela, com as estradas alegadamente cheias de pessoas que o queriam ver chegar (ver Figura 3 *infra*). O órgão de comunicação estatal *Jornal de Angola*, descrevia: “O Camarada Presidente esteve em Teka-dia-Kinda (Baixa de Kassange), onde prestou um justo e sincero tributo à memória das centenas de compatriotas ali enterrados, que foram assassinados pelas tropas coloniais em 6 de Fevereiro de 1961”. Um mês depois, porém, Neto faleceu em Moscovo devido a uma hepatite e um cancro no pâncreas. Dois elementos fundamentais desta descrição são a incorreta sugestão de que Teka fica na Baixa de Kassanje (de facto situa-se na parte de cima da escarpa) e a datação do massacre em 6 de Fevereiro, não em 4 de Janeiro.

²⁰ “Camarada Presidente Agostinho Neto Conclui Hoje a Sua Visita a Malanje”, *Jornal de Angola* (Luanda), 21 de Agosto de 1979, 1, 5.

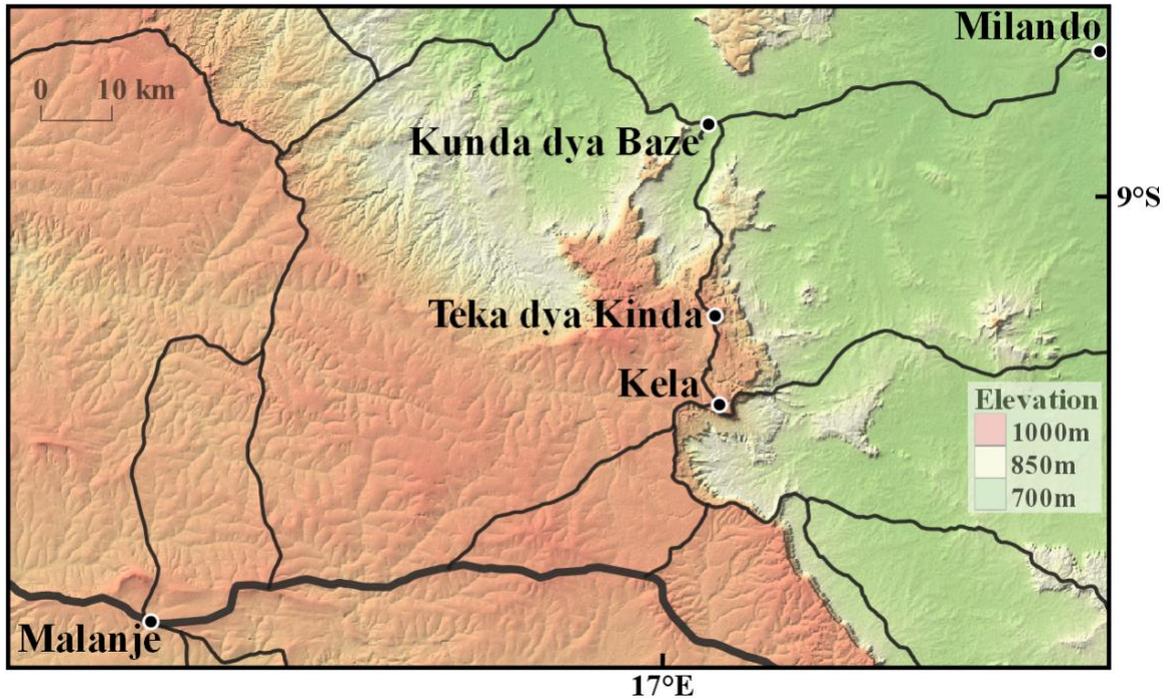


Figura 3: Mapa do leste de Malanje e parte da Baixa de Kassanje

O jornal parafraseou as palavras do administrador municipal de Kela, Adão Manuel António, sobrevivente do massacre, o qual recordou que “a primeira manifestação popular de revolta contra o opressor aconteceu, naquela área, em 1960 [antes de Janeiro!], quando os camponeses, após terem preparado os campos para a cultura do algodão, desistiram de prosseguir o trabalho porque, como afirmou, ‘estavam cansados de serem explorados e de enriquecerem os bolsos do colono’”.

António referiu que, após uma manifestação pública de protesto realizada na Baixa, em 3 de Fevereiro de 1961, começaram a chegar tropas, tendo os ataques (em Teka) sido iniciados por volta das 10 horas da manhã do dia 6 – “uma data que nunca esquecerei até ao dia da minha morte”. Lembrou que, pouco depois, houve bombardeamentos aéreos e contou: “Eu fiz o enterro de centenas de pessoas que aqui foram barbaramente assinadas. Obrigatoriamente”.

O então Ministro da Agricultura, Manuel Pedro Pacavira (uma figura fundamental do MPLA, mas algo controversa em alguns círculos), acrescentou, segundo é parafraseado no jornal:

(...) o MPLA trabalhou na Baixa de Kassanje de forma a contribuir activamente para a tomada de consciência dos camponeses que enfrentaram corajosamente os colonialistas portugueses... A Baixa de Kassanje... serviu de exemplo para outros levantamentos populares que se registaram, posteriormente, por toda a Angola fora, que de momento ainda passam despercebidos e que só o estudo atento e profundo da nossa História através dos factos reais, permitirá conhecer completamente.

Em seguida, apontou como raiz da revolta a grande tradição de luta de Kassanje, como uma “trincheira firme”, incluindo contra os “fantoques” e o “fraccionismo” (termos utilizados para referir a UNITA, a FNLA e outros).

A aldeia-piloto iria beneficiar uma cooperativa local, facilitando as condições para a retoma da produção de algodão. Os *sobas* conversaram brevemente com o Presidente no final do evento, apresentando algumas das dificuldades existentes no município. A aldeia-piloto foi descrita como semelhante a outra (cujo nome não foi referido), inaugurada pelo Presidente no Kwanza Norte, situada na zona onde, em 15 de Março, começou a posterior revolta “do Norte” ou do “café” (que foi um conflito mais longo, de maior dimensão e mais brutal). Várias “aldeias-piloto” foram anunciadas, inauguradas, iniciadas e concluídas, incluindo uma em Kiombe, no Kwanza Norte (comuna de Kindissomo), em Kimalalo, no Uíje, em Itunda, no Zaire, e outras.

Os arquivos oficiais portugueses confirmam a versão dos acontecimentos apresentada por António, referindo que o exército saiu de Malanje em direção a Kunda, fez uma paragem em Kela e, em 6 de Fevereiro, enviou uma patrulha na frente, que foi atacada (1 ou 2 soldados mortos e 4 feridos) e comunicou ter, por sua vez, abatido 70 pessoas, ferido 41 e capturado outras 21. Tinha-se juntado um grande grupo de angolanos, que cantavam e gritavam, e que foram alvejados por duas metralhadoras e uma bazuca disparada para o meio da multidão. O número de mortos é quase de certeza uma estimativa aproximada, uma vez que a bazuca, segundo dizia o relatório “abriu no meio deles uma grande clareira”²¹.

Na próxima secção, analiso como esta comemoração de 1979 e a promessa então feita continham tensões que viriam a repercutir-se décadas mais tarde, quando o feriado de 4 de Janeiro foi instituído e, depois da guerra, quando os apelos e os planos para um memorial e uma aldeia-piloto em Kassanje foram retomados. Em 2011, no último Feriado dos Mártires da Repressão Colonial e no 50.º aniversário do suposto *início* da revolta (não o aniversário exacto do massacre), as notícias dos meios de comunicação estatais proclamavam que o “Ministro [da Administração do Território, Bornito de Sousa] visita o sítio do futuro memorial aos mártires da Baixa de Cassanje”, e citavam o Governador de Malanje, Boaventura Cardoso, dizendo que iriam construir o memorial e “condomínio social” para “honrar a promessa do fundador da nação angolana, António Agostinho Neto”.

Sucintamente, eram três as tensões existentes: (1) as celebrações do Dia dos Mártires da Repressão Colonial realizam-se não na data em que o massacre aconteceu em Teka (6 de Fevereiro), mas sim na data (4 de Janeiro) em que os confrontos dessa revolta começaram concertadamente noutras zonas da Baixa; (2) Teka não foi a única localidade em que ocorreram assassinios em massa durante a revolta; e (3) o facto de Teka ter participado na revolta, mas não estar fisicamente situada na Baixa, indicia geografias de rebelião mais vastas, tanto na Baixa como fora desta.

²¹ Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, MU/GM/GNP/052/Cx. 3; A. Nunes, *Angola 1961* (Lisboa: Prefácio, 2005), 70.

A especificidade da localização de Teka e a data de 6 de Fevereiro de 1961 são extremamente importantes porque existiram sinais claros de que a revolta iniciada mais de um mês antes *não* estava claramente circunscrita às queixas causadas pela cultura obrigatória de algodão e os preços pagos por este. Com efeito, milhares de pessoas reuniram-se por toda a Baixa (incluindo cerca de 3000 na aldeia do *soba* Kunda dya Baze, em 1 de Fevereiro), pegando em armas, incluindo armas de fogo, cortando pontes e estradas, destruindo os bilhetes de identidade e de identificação fiscal, atacando edifícios administrativos, chamando “merda” ao governo colonial e dizendo que deixariam de obedecer aos portugueses e que já tinham o seu próprio governo. A importância de Teka se situar fora da Baixa reside no facto de os revoltosos, com o apoio proactivo do *soba* Teka dya Kinda, já se estarem a expandir para além da Baixa e pelo planalto em direção à cidade de Malanje (e assim ao caminho de ferro e à estrada para Luanda), o que poderia ter iniciado uma nova fase de maior gravidade. Foi *nesse* momento que batalhões do exército foram enviados com urgência de Luanda e que aviões bombardearam a estrada entre a Baixa e o planalto onde Teka e Kela estão localizadas, eliminando potenciais emboscadas para que os veículos do exército português, carregados de tropas e armas, pudessem viajar de Luanda até Kunda e outros pontos da Baixa. Em 8 de Fevereiro, havia alegadamente cerca de 10 000 pessoas reunidas em Kunda. Um reconhecimento histórico rigoroso do significado de Teka obrigaria, assim, a reformular as narrativas sobre a revolta e a deixar de descrever os revoltosos como vítimas apolíticas e passivas, localmente restringidas à zona da Baixa onde se cultivava o algodão.

Narrativa cronológica de Kassanje

Após anos de guerra e de crises económicas entre 1979–1996, a nova lei dos feriados de 1996 levou a que os projectos ainda inacabados de Kassanje se interligassem com um debate mais geral sobre o significado dos acontecimentos ocorridos nessa região. Os desafios e tensões do projecto de Teka foram agravados pelas tensões próprias da legislação de 1996 sobre os feriados, especificamente entre a designação de “Dia dos Mártires da Repressão Colonial” e a instituição do feriado de 4 de Janeiro, data em que se iniciaram os conflitos concertados da *revolta*, mas que não foi o dia exacto do massacre de Teka. As razões da revisão da lei não são inteiramente claras (a lei não inclui um texto que explique ou justifique o aditamento do feriado de 4 de Janeiro) e merecem ser investigadas, mas é possível tentar fazer uma interpretação aproximada.

A lei de 1996 que aditou o 4 de Janeiro foi a atualização mais importante da legislação sobre os feriados nacionais desde que a independência foi declarada em 1975. Como mostra a Figura 4, *infra*, entre 1975 e 2018 verificaram-se oito grandes revisões das leis dos feriados na Angola independente. Em particular, a primeira lei do governo de transição, com os três movimentos de libertação, incluía o feriado de 15 de Março, mas após o colapso dessa administração conjunta, o governo do MPLA apressou-se a suprimi-lo, substituindo-o pelos feriados do MPLA, do 1.º de Maio e, após o falecimento

do Presidente Neto, do Dia do Herói Nacional. Com a transição para a democracia pluripartidária em 1992, o dia do MPLA foi suprimido.

A lei de 1996 foi aprovada em Setembro, durante um agitado período de cessar-fogo após a assinatura do Protocolo de Lusaka, em Outubro de 1994, e de crise económica resultante de dez anos de guerra, dos baixos preços do petróleo e de alguma má gestão da economia. O governo procurava ganhar legitimidade a nível internacional, com a Organização das Nações Unidas ainda hesitante em mobilizar tropas de manutenção da paz e reuniões com o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial previstas para o mês de Setembro. Em Julho, o governo tinha iniciado mais um conjunto de reformas económicas, o programa Nova Vida. Em Agosto, a oposição rebelde da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) realizou o seu 3.º Congresso Extraordinário, no Bailundo, e a possibilidade de um acordo de compromisso que pusesse termo ao conflito sofreu um rude golpe quando Savimbi recusou o cargo de Vice-Presidente. A esta luz, pode considerar-se que os feriados nacionais da mulher e da criança constituem um alinhamento parcial com os principais acordos internacionais, e que os feriados do Carnaval, do Dia de Finados e da Páscoa sugerem um afastamento do secularismo socialista, apelando para as práticas culturais populares efetivamente existentes nesse breve momento relativamente pacífico, mas instável, de consolidação precária do regime.

		1975	1975	1980	1992	1996	2001	2003	2011	2018
Ano Novo	1 de Janeiro									
Dia dos Mártires da Repressão Colonial(Kassanje)	4 de Janeiro									
Dia do Início da Luta Armada	4 de Fevereiro									
Dia da Mulher	8 de Março									
Dia da Revolta do Norte / Café	15 de Março									
Dia da Batalha do Cuito Cuanavale	23 de Março									
Dia do Carnaval	varia									
Dia da Paz e Reconciliação	4 de Abril									
Sexta-Feira Santa										
Dia do Trabalhador	1 de Maio									
Dia de África	25 de Maio									
Dia da Criança	1 de Junho									
Dia do Herói (Neto)	17 de Setembro									
Dia dos Finados	2 de Novembro									
Dia da Independência	11 de Novembro									
Dia do MPLA	10 de Dezembro									
Natal/ da Família	25 de Dezembro									

Figura 4: Alterações dos Feriados Nacionais Oficiais de Angola (excluindo as Datas de Celebração Nacional), *Diário da República*, vários.

Além dessas considerações gerais, também existiam importantes circunstâncias específicas de Kassanje. A inclusão do feriado dos Mártires da Repressão Colonial em 4 de Janeiro podia ser entendida como parte do esforço governamental para reconquistar militarmente a área de Kassanje, que era, nessa altura, a principal fonte de receitas da extração de diamantes (rendendo centenas de milhões de dólares por ano). Os diamantes aluviais dos rios que serpenteiam pela Baixa de Kassanje podiam ser explorados por mineiros informais/artesanais (*garimpeiros*) e constituíam uma importante fonte de potenciais receitas, mas eram controlados pela UNITA desde que esta conquistou, em 1992, o vale do Rio Kwango. Esta situação difere da registada em períodos posteriores, quando as profundas chaminés de kimberlitos das Lundas orientais ultrapassaram, de longe, a produção diamantífera de Kassanje (exigindo, todavia, máquinas caras e, logo, a intervenção de empresas e instituições financeiras internacionais) e se iniciou, alguns anos depois, por volta de 1998, o enorme crescimento da produção petrolífera *offshore* (incluindo

em águas profundas) e das receitas correspondentes. No primeiro trimestre de 1995, o governo tentou reconquistar as zonas diamantíferas de Kassanje e reiniciar um grande projecto diamantífero em Luzamba, próximo de Cafunfo, com o apoio da Odebrecht, um conglomerado brasileiro do setor da construção civil (envolvido desde 1982 na barragem hidroelétrica de Kapanda em Malanje). A UNITA continuou, todavia, a controlar estas áreas, aumentando as suas receitas e o seu arsenal bélico e, graças ao contributo das diferentes partes no Protocolo de Lusaka para a destruição gradual do mesmo, a guerra aberta recomeçou em Dezembro de 1998. Só em 2000–2001 o Estado conseguiu reconquistar as lucrativas zonas diamantíferas da Baixa de Kassanje.

Uma questão conexa é a do Rei do Kassanje, Kambamba Njinji Kula Xingu, sagrado em 1961, depois de o seu antecessor ter sido morto durante a revolta, e que se terá mudado em 1997 para Luanda, onde faleceu em 2006. O(s) rei(s) voltarão a ser abordados na análise seguinte, mas importa referir que no ano 2000, no Dia da Independência, a Fundação Eduardo dos Santos (FESA) concedeu ao rei e à sua família (três esposas e filhos), que viviam há vários anos num hotel de Luanda, três casas em Viana (Projecto Morar) e um automóvel.

Poderemos interpretar a instituição pelo governo do MPLA do feriado dos Mártires da Repressão Colonial em 4 de Janeiro (e talvez também o apoio da FESA ao rei) como uma manobra política estratégica para obter o apoio da população da zona de Kassanje e reconquistar, assim, uma lucrativa zona diamantífera? O destaque dado ao feriado como um dia dos mártires – como vítimas passivas e não como revoltosos activos – poderia ser entendido como um apelo às populações de Kassanje sem destruir necessariamente a narrativa do MPLA como primeiro e único agente da luta de libertação nacional. Contudo, coloca-se uma questão fundamental a essa interpretação do feriado em termos de estratégia política: por que razão se escolheu comemorar os mártires passivos em 4 de Janeiro, uma data *anterior* a 4 de Fevereiro e em que as pessoas se revoltaram activamente, e não na data posterior de 6 de Fevereiro, quando o massacre aconteceu realmente?

Não se sabe ao certo como foi a data de 4 de Janeiro escolhida para comemorar o feriado. Entre as descrições publicadas que então estavam disponíveis, Pélissier identificara o 4 de Janeiro como possível data de início da revolta, com base na descrição em primeira mão feita em 1966 por uma figura-chave: Rosário Neto²². É provável que Neto (e outros) conhecesse(m) bem os acontecimentos de 4 de Janeiro através de ligações directas a Malanje e a pessoas da região, muitas das quais foram deslocadas ou se refugiaram em bases de retaguarda no vizinho Congo. Neto era um militante activo da UPA/FNLA (União das Populações de Angola / Frente Nacional de Libertação de Angola), sendo, por isso, possível que os conhecimentos institucionais tenham feito perdurar a memória da data de 4 de Janeiro ao longo de décadas. Além disso, Moisés Kamabaya, um importante estudioso da revolta e deputado parlamentar do MPLA (antigo membro da FNLA), regressou em 1989 a Angola, vindo dos Estados Unidos, e também poderá ter realçado o 4 de Janeiro (como fez em trabalhos posteriores).

22 R. Pélissier, *La Colonie du Minotaure* (Orgeval: Pélissier, 1977), 416.

Seja como for, as tensões já inerentes ao projecto de Teka foram agravadas pelas existentes na lei dos feriados nacionais de 1996 e, ao longo das décadas seguintes, contribuíram para a multiplicação das reivindicações e da contestação. Os esforços do Estado para consolidar o poder do regime, em vez de produzirem uma obediência e uma quietude incondicionais, tiveram o efeito de não só contribuir passivamente para multiplicar e incentivar as reivindicações e a contestação, mas também de divulgar activamente informações e fomentar debates que as vieram agravar.

Deste modo, quando os planos governamentais para construir um novo memorial e um projecto de aldeia foram finalmente anunciados em 2010, tinham passado 15 anos, durante os quais a população aproveitou o feriado para fazer várias reivindicações, nomeadamente em relação à construção de um monumento, à promoção do desenvolvimento da região em geral e à atribuição de pensões a pessoas relacionadas com a revolta.

Nesse período, o governo também formalizou, institucionalizou e multiplicou cada vez mais as celebrações de feriados. Embora a lei de 1996 não dê orientações sobre o modo como devem ser celebrados (para além de serem dias de dispensa do trabalho), os meios de comunicação estatais descreviam extensas cerimónias coordenadas, em especial os “actos centrais”, com proclamações em vários centros culturais e a deposição de flores em cemitérios e túmulos de soldados desconhecidos. Importa salientar que estas cerimónias não se circunscreviam à região de Kassanje e que as celebrações *nacionais* do 4 de Janeiro levaram o debate sobre Kassanje a muitas localidades de Angola. Essa institucionalização e formalização das actividades dos feriados por parte do Estado intensificou-se em 2005, com a adição de pormenores sobre a natureza de cada feriado, novamente em 2007, com diretrizes gerais sobre as práticas de celebração dos feriados, e mais uma vez no final de 2009, com orientações específicas para as celebrações de 2010, incluindo para o 4 de Janeiro.

Desde que as notícias dos órgãos de comunicação estatais começaram a estar disponíveis na Internet, por volta do ano 2000, é evidente que muitas pessoas – incluindo defensores de causas diversas, críticos e/ou políticos da oposição – se apropriaram desses momentos para as suas próprias intenções, que parecem ter estado em desacordo com a consolidação do controlo do Estado e da sociedade pelo MPLA. Existem lógicas espaciais e temporais para essa apropriação, em que os defensores de causas presentes num memorial situado na “Área A”, por exemplo, aproveitam a ocasião para patrocinar uma celebração equivalente na “Área B”, o mesmo acontecendo com acontecimentos ocorridos em diferentes datas: se estamos a celebrar o “Acontecimento A”, então um “Acontecimento B” equivalente deve ser igualmente celebrado. Além do mais, estas opiniões divergentes eram muitas vezes relatadas por jornalistas dos órgãos de comunicação estatais, incluindo no título das notícias, o que também contraria as descrições simplistas de tais órgãos como meras agências tendenciosas e totalmente controladas, que se limitam a manter o domínio do regime do MPLA.

Algumas das pessoas importantes nestas apropriações e advocacia estavam filiadas a uma associação formalmente registada em Maio de 1999 (pouco tempo após a lei dos feriados de 1996 e quando a guerra em Malanje estava a terminar) – a Associação dos Filhos Sobreviventes da Baixa de

Kassanje: A Voz da Baixa de Kassanje. Outras pessoas que se fizeram ouvir no início da década de 2000 estavam filiados na FNLA, sucessora da UPA, que contava entre os seus membros com vários organizadores da revolta de Kassanje (em especial, Rosário Neto).

Em 2000, a televisão estatal transmitiu uma declaração comemorativa sobre o 4 de Janeiro. No ano seguinte o “Acto Central” decorreu na cidade de Malanje com a participação do Ministro do Interior, Fernando da Piedade Dias dos Santos, “Nandó”. Contudo, algumas pessoas importantes conseguiram utilizar os eventos realizados em Luanda para apresentar também pedidos relativos a Kassanje. Por exemplo, num evento organizado no Centro Cultural Agostinho Neto, o Rei de Kassanje recordou o encontro entre Neto e os *sobas* para falar da luta pela independência. E em 3 de Fevereiro a imprensa estatal citou Lucas Ngonda, da FNLA, que defendeu a importância de celebrar as três revoltas e realçou a questão das pensões (novamente referida em 2003). No ano seguinte, 2002, o Acto Central também teve lugar em Malanje com a participação do Ministro da Indústria, Joaquim David, e a deposição de flores no cemitério da cidade. Entretanto, o Rei voltou a usar da palavra em Luanda, referindo os seus esforços para que o governo convertesse Kassanje na 19.^a província de Angola, com o correspondente aumento do financiamento e da autoridade. Meses depois, na inauguração de uma estátua da Rainha Njinga em Luanda, após o Dia da Independência, o Rei voltou a discursar e Holden Roberto, da FNLA, também aproveitou a oportunidade para defender a construção de mais monumentos para os outros reinos. Semanas depois, o Rei discursou nos eventos de 4 de Janeiro de 2003, em Luanda, e o seu porta-voz, José Fufuta, aproveitou a ocasião para insistir na questão da 19.^a província e reiterar que a Baixa necessitava de um hospital, um sistema judicial, polícia e outras infra-estruturas. Embora não me seja possível descrever aqui as mais de cem situações deste tipo ocorridas ao longo dos anos seguintes, estes exemplos mostram como, desde muito cedo, o feriado estatal foi utilizado por diferentes pessoas, em vários sítios, para afirmar a importância de Kassanje e exigir medidas como a construção de monumentos e a distribuição de pensões.

O aumento dos debates gerou um considerável grau de confusão e elisão em relação aos acontecimentos de Kassanje propriamente ditos, embora não nos caiba aqui analisar todos os pormenores, por exemplo, os locais em causa, o calendário dos acontecimentos, o número de mortos, as queixas dos revoltosos ou o uso de napalm, que eu e outras pessoas já abordámos noutros trabalhos.

Além do mais – e isto é extremamente importante –, à medida que os debates sobre Kassanje se multiplicavam, a retórica sobre o feriado diversificou-se, com algumas elisões, alegações e metáforas que relacionam Kassanje explicitamente com a *Independência*, em vez de retratarem simplesmente esses acontecimentos como a repressão de camponeses passivos por exprimirem queixas económicas. Nestas tentativas iniciais para relacionar Kassanje com a luta pela independência, utilizam-se várias metáforas. Em 2001, o governador de Uíje disse que a “insurreição serviu de antecâmara para o início da luta pela libertação”. Em 2002 um alto responsável governamental, no Sumbe, uma vila costeira, descreveu o 4 de Janeiro como “um clamor a liberdade” e, segundo é parafraseado na notícia, como “os primeiros passos do povo angolano rumo à conquista da independência”. Na mesma vila, um secretário

provincial da UNITA descreveu o 4 de Janeiro como a antecâmara de uma luta patriótica e o “abrir de um caminho para a liberdade e independência de Angola”. E no ano seguinte, 2003, Bornito de Sousa, usando da palavra na Baixa, em Xandel, afirmou que essa sublevação “lançou uma pedra na conquista da independência nacional”. A declaração feita pelo governo nesse ano referiu o 4 de Janeiro como sendo “de transcendente importância na história da luta de libertação nacional, uma vez que marcou o início de uma revolta contra a ocupação colonial portuguesa de cerca de 500 anos”. Em 2004, a declaração do governo descreveu o 4 de Janeiro como o momento em que “milhares de angolanos... decidiram se revoltar e clamar por liberdade”, sendo que desse acontecimento “germinou o movimento independentista e anti-colonialista”. E em Janeiro de 2005, a FNLA descreveu Kassanje como “um dos primeiros berços da libertação do nosso país”. Estes tipos de elisões, metáforas e conexões entre Kassanje e a independência continuam a ocorrer anualmente até à actualidade.

No período entre 1999 e 2007, foram encontradas, estudadas e publicadas muitas informações novas e importantes sobre a própria revolta, que muito possivelmente já eram do conhecimento das figuras mais destacadas do governo nacional e provincial, bem como da Associação e dos partidos políticos²³. A historiadora Aida Freudenthal analisou cuidadosamente os relatórios da polícia secreta (PIDE) recentemente tornados públicos, depositados nos arquivos da Torre do Tombo em Lisboa, e em 1999 publicou numa revista académica um artigo pormenorizado sobre o assunto. Em 2002, foi publicado um extenso artigo de revista igualmente baseado nesses relatórios. Em 2003, Moisés Kamabaya publicou, em Angola, um livro que contém 10 páginas sobre a revolta. No ano seguinte, o estudioso alemão Alexander Keese publicou um artigo académico baseado numa grande pasta de ficheiros relativos à revolta que estão depositados no Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa. Em Maio de 2004, o chefe do Estado-Maior General adjunto para a Educação Patriótica das Forças Armadas Angolanas, Egídio de Sousa e Santos, ele próprio originário de Malanje, concluiu o seu doutoramento em França sobre a história da cidade de Malanje, com uma secção substancial sobre a revolta parcialmente baseada em conversas com algumas pessoas importantes, que em 2005 foi traduzido para português e publicado em Angola. Em 2007, Kamabaya publicou, também em Angola, o seu pormenorizado livro especificamente dedicado à revolta, no qual menciona Job Baltazar Diogo (pai de Bornito de Sousa), bem como o pai do então Ministro da Cultura, Boaventura Cardoso. Sousa e Santos também tinha estado em contacto com Kamabaya e Job Baltazar Diogo.

Neste contexto, começaram a surgir pedidos de construção de um *monumento*. O primeiro pedido que encontrei remonta a 4 de Janeiro de 2004 e foi feito pela FNLA, cujo Bureau Político, chefiado por Holden Roberto, apresentou uma petição ao Ministério da Cultura (então liderado por Boaventura Cardoso) para que, como se refere na imprensa estatal, “seja erguido um Monumento em memória dos camponeses mortos em defesa dos seus direitos e pela libertação de Angola”. No feriado de 4 de Janeiro seguinte, o governador de Bengo apelou à construção de mais monumentos históricos

²³ Ver referências em A. de Grassi, “Rethinking the 1961 Baixa de Kassanje Revolt”, *Mulemba* 5, 10, 2015, 56.

por todos aqueles que deram a vida pela revolução e a independência. Os apelos para que se construísse um monumento em Kassanje, feitos nos anos seguintes, são a seguir descritos. Foi após estes apelos que, em 10 de Fevereiro de 2005, o governo de Malanje anunciou laconicamente os planos de vários monumentos na *cidade*, incluindo a renovação da Praça 4 de Fevereiro. O monumento principal ao 4 de Fevereiro, no bairro de Cazenga em Luanda, também estava a ser concluído nessa altura (a construção começara em Setembro de 2004), sendo, por isso, possível que a petição da FNLA sobre o monumento de Kassanje tenha surgido em reacção aos planos do monumento de Cazenga.

Talvez para dar resposta a essa proliferação da retórica sobre os acontecimentos de Kassanje, o Conselho de Ministro aprovou, em Dezembro de 2005, uma resolução destinada a explicar oficialmente os objectivos da celebração do dia 4 de Janeiro de 2006, mas que, na prática, apenas parece ter combinado as diversas versões²⁴. Como era de esperar, a resolução realçou, por um lado, as acções de resistência existentes desde os primórdios da colonização e a exigência de melhores condições de trabalho e de vida pelos camponeses pacíficos da Baixa cujos “levantamentos (...) constituíram-se na semente de que brotaria a primeira acção organizada e com características político-militares, protagonizadas pelos heróicos combatentes do 4 de Fevereiro de 1961”.

No entanto, também é muito significativo que a resolução tenha juntado a data específica de 4 de Janeiro com a comemoração de todos os que morreram devido à repressão colonial, incluindo na “Luta pela Independência” oficialmente reconhecida. Embora isso pudesse significar tecnicamente que o 4 de Janeiro também era uma celebração dos que tombaram em 4 de Fevereiro e depois dessa data, *na prática*, porque o 4 de Janeiro *já* estava associado a Kassanje na consciência popular, dificultou a diferenciação dos mártires das diversas revoltas –, pelo que a inclusão do debate sobre os mártires da Luta pela Independência sancionada oficialmente nas comemorações mais gerais dos Mártires da Repressão Colonial em cada 4 de Janeiro *conferiu efetivamente a Kassanje o mérito de ter feito parte da luta pela independência*. Por exemplo, os próprios objectivos explicitamente atribuídos pela resolução à celebração do 4 de Janeiro consistiam em “[I]embrar os sacrifícios consentidos pelos Mártires da Repressão Colonial, a sua determinação, bravura e abnegação na luta contra todas as formas de dominação, opressão e exploração, visando a liberdade do nosso povo e a Independência da Nação”. Semanas após esta resolução, em 4 de Janeiro de 2006, o governador de Huíla apelou à construção de um monumento a Kassanje.

Com as minudências dos sucessivos feriados oficialmente estabelecidas (mas mal esclarecidas na prática) e a súbita prosperidade do Estado resultante das receitas do petróleo e dos empréstimos por estas garantidos, que podiam ser utilizados na reconstrução e em actividades culturais, pouco mais de um ano depois, o Conselho de Ministro emitiu instruções pormenorizadas sobre a “Organização e Celebração dos Feriados”, incluindo um vasto planeamento, coordenação interministerial, rotação das cidades anfitriãs, actos centrais, eventos e literatura com estes relacionados, orçamentos, inaugurações,

²⁴ Resolução 85/05, *Diário da República* 155, 28 de Dezembro de 2005, 3198–9.

temas, palestras, entrevistas e conferências²⁵. E, de novo, em 2009, uma Resolução do Conselho de Ministros procurou salientar que a data 4 de Janeiro não se referia especificamente a Kassanje (a resolução nem sequer mencionava Kassanje e o Acto Central de 2010 seria realizado no Uíje), acrescentando que o feriado pretendia “valorizar a memória de todos os heróis tombados pela causa da independência e liberdade da Pátria, reforçando o patriotismo e a cultura da paz, da tolerância, do respeito pelo próximo e pelo bem comum e da unidade e reconciliação entre os angolanos”²⁶.

No entanto, apesar desse esforço e no meio dos debates sobre a nova constituição que seria aprovada em breve (3 de Fevereiro), foi nesse 4 de Janeiro de 2010 que o Governador Cardoso de Malanje anunciou oficialmente, em Kela, os planos para construir finalmente aquilo que designa repetidamente por *memorial* (e não “monumento”) dos “Heróis da Baixa de Kassanje”, bem como uma aldeia-piloto. Além disso, não só salientou o âmbito mais vasto da revolta (afirmando que esta começou em Milando e não em Teka), mas também descreveu como os revoltosos atacaram os postos administrativos coloniais (e não apenas as plantações de algodão). Um mês após este anúncio dos novos projectos de um memorial e uma aldeia, o Governador Cardoso voltou a anunciar a Praça 4 de Fevereiro na cidade de Malanje nas celebrações do 4 de Fevereiro.

Para entender os apelos à construção de um monumento e explicar por que razão os novos planos de um “memorial” foram finalmente anunciados também é necessário ir além dos binarismos simplistas de urbano/rural (e de Luanda/província ou forte/fraco), bem como dos retratos simplistas do “rural” como sendo localmente circunscrito e desvalorizado. Como já foi dito, o Rei de Kassanje tinha ido viver para Luanda, tal como muitos refugiados de guerra dessa região (também há uma estrada da Baixa de Kassanje no município de Viana, na área metropolitana de Luanda, que fica ao longo da estrada que vai do leste de Luanda em direcção a Malanje). Depois de Cardoso ter sido nomeado Governador de Malanje em 2008, houve outro apelo à construção de um “Monumento Histórico” no ano seguinte, em 4 de Janeiro de 2009, feito pelo Governador do Uíje (localidade importante na revolta de 15 de Março).

Acresce que alguns dos membros da Associação que mais defendiam o monumento tinham várias ligações urbanas. Nos dias 4 de Janeiro de 2007 e 2008, a Associação apelara à construção de um monumento e em 2009, no Dia da Independência, Pedro Kapassa, membro da Associação, voltou a falar com a ANGOP, em Luanda, sobre a necessidade de um monumento. Entretanto, o Governador Cardoso realizou em Malanje, nesse mesmo dia, as celebrações do Dia da Independência, acto Provincial em Kunda, tendo a ANGOP reproduzido a sua declaração de que “a luta pela independência teve a contribuição dos populares do município de Kunda-dia-base”. No ano anterior, a FNLA também se pronunciara, em Luanda, a favor de um monumento em Kassanje. Pedro Kapassa repetiu as suas afirmações, em Luanda, um mês depois. Kapassa era não só membro de outra associação do município

²⁵ Resolução 31/07, *Diário da República* 50, 25 de Abril de 2007.

²⁶ Resolução 116/09, *Diário da República* 240, 18 de Dezembro de 2009.

de Kaombo na Baixa, mas também um empresário com interesses nos setores da pesca e da exploração madeireira, além de ser diretor de uma das principais equipas de futebol de Malanje desde 2005 e, em 2009, Presidente da Associação Comercial e Industrial de Malanje (ACIMAL), sucessora da associação portuguesa cujo edifício está atualmente ocupado pelo MPLA e que Neto inaugurou antes da visita a Teka em 1979. Um outro oficial importante das forças armadas tinha ligações pessoais à revolta e o próprio Governador de Malanje (antigo Ministro da Cultura), bem como o Ministro da Administração do Território (e, desde 2017, Vice-Presidente), eram filhos de importantes figuras da mobilização de Kassanje, embora raramente tenham falado publicamente sobre o assunto. Em suma, em vez de uma “narrativa mestra” semelhante a um papão abstrato e amorfo apostado em esmagar o projecto, podemos constatar, de facto, que algumas das mais proeminentes figuras do MPLA também têm ligações diretas à história de Kassanje.

Vale a pena reexaminar aqui a questão de saber se as polémicas relacionadas com a exploração de diamantes nessa zona desempenharam algum papel nos contínuos debates sobre o feriado e o monumento. Esta questão não é inteiramente clara, mas, de um modo geral, quando a guerra terminou, em 2002, a produção informal de diamantes prosseguiu, o mesmo acontecendo com os relatos de abusos cometidos por militares e seguranças privados (incluindo nas zonas das empresas das elites), o que levou a que os regulamentos aplicáveis à exploração mineira sofressem algumas alterações entre 2007 e 2009. Porém, a produção estava a ser globalmente transferida para as profundas chaminés de kimberlitos situadas a leste, fazendo com que a zona de Kassanje perdesse a sua importância relativa em termos de contribuição para o orçamento de Estado.

Por fim, antes das eleições de Agosto de 2012, os planos específicos do projecto de memorial e aldeia-modelo foram oficialmente anunciados em 4 de Janeiro desse ano, tendo sido realizado, no anfiteatro do centro de formação de Keswa, um importante fórum em que estive presente. Além disso, no orçamento de 2012 foi também afectada uma verba equivalente a 300 000 dólares dos EUA para um “memorial e um bairro social em Teka dia Kinda”. A Comissão dos Feriados do Governo Provincial de Malanje reuniu-se e debateu ideias com as autoridades tradicionais e os empreiteiros²⁷. O projecto teria apenas 900 m² e previa-se que as obras começassem em 2013. Os projectos desenhados pelo atelier Renato Rossi Arquitetura, de São Paulo, tinham maiores dimensões e a obra ficaria a cargo da construtora AXL (embora não se saiba ao certo se ainda eram apenas propostas ou se já tinham sido objeto de contrato). Um dos principais investidores da AXL era a firma Multinvest, pertencente a Aguinaldo Jaime, um importante quadro do governo central na área da banca, das finanças e do investimento. Os modelos gráficos apresentados por Rossi – que já tinha apresentado outros relativos a vários projectos em Angola, incluindo hotéis e até estádios de futebol – são esquemas digitalizados bastante bizarros, sem qualquer indicação relevante sobre a revolta e que, utilizando imagens

²⁷ Talvez valha também a pena referir que estava nesta altura em curso o projecto Trilhos da Independência, que incluiu entrevistas a várias pessoas, incluindo na Baixa. O projecto foi promovido pela Associação Tchiveka de Documentação, uma organização angolana privada com sede em Luanda.

grosseiramente inseridas numa fotografia de satélite da mata rural, mostram um grande lago impraticável e relvados, uma ciclovia, parques de estacionamento e espaços com lugares sentados sob grandes coberturas em forma de metades de condutas de cimento, com pessoas sem rosto, de pé, a caminhar ou a andar de bicicleta²⁸. O Governador Cardoso reiterou, em 4 de Julho, os planos relativos aos projectos de memorial e de aldeia, salientando que Teka dya Kina seria uma nova “centralidade rural”.

Importa aqui esclarecer que essas “aldeias-modelo” não eram meras visões modernistas da elite urbana, impostas a partir de cima às vítimas rurais. Neste caso, era a própria população rural (embora nem toda, claro) que exigia algum tipo de projecto de aldeia. Além disso, as raízes *rurais* dos projectos de habitação em Angola têm uma história importante e mais antiga (que remonta, pelo menos, ao imposto de palhota de 1906, por exemplo), a qual tem sido ignorada no meio de toda a atenção prestada ao reordenamento urbano na cidade de Luanda²⁹. A transferência e concentração de populações tem uma história particularmente importante em Kassanje, após a conquista de 1911 e também como um dos aspectos da produção de algodão que fomentaram a revolta³⁰.

Após Julho de 2012, houve eleições em Agosto, uma substituição do governador de Malanje em Outubro e uma contínua deterioração da economia nacional, pouco se tendo falado, aparentemente, dos planos concretos para os projectos do memorial/monumento e da aldeia até cerca de 2016, ano a partir do qual retomarei esta história nas secções seguintes.

Entretanto, o novo Rei de Kassanje (Kambamba Dianhenga Aspirante Njinji Kula Xingu), a Associação e outros continuaram a reivindicar periodicamente o restabelecimento do feriado, a construção dos projectos e a instituição de pensões. Em Abril de 2012, a Associação mudou, aliás, o seu nome de “Kassanje” para “4 de Janeiro”, ao que parece para poder defender o restabelecimento do feriado do Dia dos Mártires da Repressão Colonial em geral e não apenas relativamente a Kassanje. Segundo foi noticiado, nas celebrações do 4 de Janeiro de 2013, após as eleições de Agosto de 2012, a Associação, a FNLA e o historiador Cornélio Caley apelaram à reposição do feriado. Nesse dia, a construção do memorial foi igualmente defendida pela Associação, o historiador Pedro Almeida Capumba e o Diretor da Cultura da província de Luanda, Manuel Sebastião. Também o *soba* de Teka terá afirmado esperar que se concretizasse a promessa feita por Neto de um projecto de aldeia (tal como constava dos planos apresentados no ano anterior).

As reivindicações de pensões também continuaram. Nas grandes celebrações do 50.º aniversário, a Associação apelou à atribuição de pensões, apelos esses que repetiu em 2012. O novo Governador de Malanje também tinha alguma experiência anterior de negociação com antigos combatentes, na sua qualidade de Ministro da Assistência e da Reinserção Social entre Dezembro de

²⁸ “Memorial Teka dia Kinda”, <http://www.rrossi.com.br/portfolio/memorial-teka-dia-kinda/>

²⁹ A. de Grassi, “Cassava Capitalism? Gendered Land, Space and State in Angola’s Pasts and Futures”, comunicação para a 61.ª Reunião Anual da African Studies Association, Atlanta, em 30 de Novembro de 2018.

³⁰ de Grassi, “Rethinking”, esp. 98-112.

1992 e Abril de 1994. Em Outubro de 2012, a Voz da América noticiou a possível existência de conversações entre o MPLA e o Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria sobre a atribuição de pensões relacionadas com a revolta de Kassanje. Os sobreviventes nascidos antes de 1930 e os seus descendentes seriam elegíveis, incluindo os da Baixa de Kassanje. Esta possibilidade foi rapidamente criticada por uma figura da oposição, alegando que, segundo essa lógica, as pensões teriam de ser alargadas a outras pessoas³¹. Esta questão foi, de certo modo, respondida pelo próprio Ministro dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria, Kundi Paihama, ao discursar no 4 de Janeiro de 2013 em Xa Muteba, na Baixa, com um aviso velado: “Todos aqueles que falsificarem os dados com o objectivo de beneficiarem das pensões a que não tenham direito vão prestar contas com a justiça. Por conseguinte, apelo aos associados a denunciarem os falsários”. Esta eventual reprimenda não reduziu, todavia, os pedidos de pensões e, na verdade, a administração das pensões foi contestada publicamente. Sem se deixar desviar, o Rei voltou a referi-las na celebração do 4 de Janeiro seguinte, em 2014 (e novamente em 2017 e 2018).

Os pedidos de pensões relativas a Kassanje vêm agravar sérias questões nacionais em matéria de prioridades e administração do orçamento. As despesas das forças militares e policiais incluem pensões e encargos com pessoal “no activo”: pessoas que permanecem num exército ainda sobredimensionado (e algumas que foram transferidas para a polícia), que com grandes custos dá emprego no Estado a dezenas de milhares de pessoas que poderiam causar desestabilização se fossem despedidas e não conseguissem encontrar trabalho. Após 2002, ocorreram algumas desmobilizações compulsivas e, entre 1998 e 2017, foram reformados mais de 71 000 soldados. Em 2019, foi noticiado que 117 000 pessoas ainda aguardavam a reintegração social³². Além disso, para se encontrar uma forma de diminuir o número de efetivos militares e policiais existentes (reduzindo, assim, a percentagem do orçamento afectada à segurança) é necessário alterar a legislação relativa às carreiras militares e, consequentemente, enfrentar alguns grupos poderosos e ricos que se consolidaram ao longo dos anos. Embora a lei da polícia tenha sido alterada em 2008, as alterações à lei das carreiras militares propostas em 2007 só foram aprovadas em meados de 2018³³.

Foi lançado um programa de modernização da gestão no fundo de pensões das forças armadas para ajudar a dar resposta à pressão burocrática resultante do aumento do número de pensionistas e de pedidos. Em Março de 2009, Paihama tinha criado uma comissão de inspecção que, três meses depois, tinha encontrado irregularidades, beneficiários-fantasma, duplicações e subornos. Em 2012, ouviam-se

³¹ V. Rodrigues, “Ngola Kabangu Protesta contra Pensões para Vítimas e Familiares do Massacre da Baixa do Kassanje”, 18 de Outubro, e I. Soares, “Familiares e Vítimas de Massacre Colonial em Malanje Poderão Receber Pensões”, 17 de Outubro, *Voice of America*, 2012, <https://www.voaportugues.com/a/angola-former-freedom-fighters/1529110.html> e <https://www.voaportugues.com/a/massacre-pensions/1528401.html>.

³² A. Inácio, “117 Mil Ex-militares e Viúvas Aguardam Reintegração Social”, *Jornal de Angola*, 10 de Abril de 2019.

³³ Decreto 117/08, *Diário da República* 199, 22 de Outubro de 2008.

também queixas de que as pensões não eram ajustadas à inflação³⁴. Segundo as notícias, cerca de 60% dos mais de mil generais iriam reformar-se por volta de 2013³⁵. Em 2014, foi nomeado um novo responsável pelas pensões militares. Por conseguinte, em 2012 as forças armadas já tinham alegadamente um défice de 100 milhões de dólares dos EUA, quando os pensionistas das forças armadas eram 60 000 (e havia 20 000 militares à espera de se reformarem), e em 2019 eram 162 000 os antigos combatentes que recebiam pensões de reforma, havendo ainda 12 000 que não estavam devidamente registados e umas dezenas de milhar a aguardar a inscrição. Ainda por cima, os beneficiários reclamavam um aumento para mais do dobro do valor mensal das pensões³⁶.

As descrições anteriores ajudam a responder (ainda que não cabalmente) à pergunta de como surgiram os novos *planos* governamentais para um novo memorial e projecto de aldeia em Teka. As próximas questões complexas são: por que razão este memorial e este projecto não foram ainda construídos? Estas questões estão, na verdade, relacionadas entre si e também com uma terceira pergunta: porque é que o feriado foi despromovido em 2011? Na perspectiva do presente artigo, o memorial e o projecto ainda não foram construídos porque a grande mobilização efetivamente existente poderia fazer com que essa construção servisse para reforçar as reivindicações, quando o governo já enfrenta dificuldades para financiar e aplicar um programa de reconstrução geograficamente complicado. Por outras palavras, contrariamente à ideia de que os projectos não foram construídos porque as zonas rurais são insignificantes e Kassanje não faz parte da “narrativa mestra” exclusivista do partido no poder, irei sugerir que poderão não ter sido construídos por serem *demasiado* grandes e *demasiado* significativos.

Porquê despromover o feriado?

Em primeiro lugar, no que se refere à despromoção do feriado, a proximidade temporal dos dois acontecimentos, por volta de 2010–2011, poderia ser interpretada como uma utilização do anúncio do projecto do memorial e da aldeia para encobrir essa despromoção e aplacar o conseqüente descontentamento das populações. Esta explicação é duvidosa, porque os projectos ainda não foram construídos e a despromoção suscitou, de facto, ainda mais reclamações, incluindo quanto à necessidade de restabelecer o feriado. Mas porque é que o feriado foi sequer despromovido? O motivo expresso na

³⁴ “Club K – Carta Aberta sobre Garimpo Institucionalizado na CSS/FAA – Major Calhamaço”, 26 de Maio de 2012, https://www.club-k.net/index.php?option=com_content&view=article&id=11340:carta-aberta-sobre-garimpo-institucionalizado-na-cssfaa-major-calhamaco&catid=41013&Itemid=1080&lang=pt

³⁵ “Pânico nas FAA, revela Semanário Factual”, *Jornal Factual*, 30 de Julho de 2013, <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/39320/panico-nas-faa-revela-semanario-factual>

³⁶ “Faltam 100 Milhões de USD na Caixa Social das FAA: Golpe de Mão Pode Levar à Falência”, *Novo Jornal*, 14 de Dezembro de 2012; <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/36894/faltam-100-milhoes-de-usd-na-caixa-social-das-faa-golpe-de-mao-pode-levar-a-falencia>; “Ministro Opõe-se ao Elevado Número de Antigos Combatentes na Lunda Sul”, ANGOP, 9 de Fevereiro de 2018; “Doze Mil Assistidos sem Requisitos para Antigos Combatentes”, ANGOP, 26 de Maio de 2019. <https://observador.pt/2018/09/25/angola-paga-pensoes-a-167-mil-ex-militares-viuvras-e-orfaos-de-antigos-combatentes/>

própria legislação prendia-se com a necessidade de conciliar a celebração de feriados com as exigências da reconstrução, tendo em conta a nova situação do país (ou seja, pretendia-se, essencialmente, que não houvesse tantos dias de paragem do trabalho).

Importa reconhecer, além do mais, que o dia 4 de Janeiro apenas foi despromovido de feriado nacional (com dispensa do trabalho) para Dia de Celebração Nacional. Não se tratou de eliminar pura e simplesmente essa comemoração para favorecer um monopólio do MPLA, tendo as celebrações do 4 de Janeiro continuado a ser, aliás, organizadas pelo Estado em diversas instâncias, incluindo a sua comemoração obrigatória em todas as escolas³⁷. Além disso, embora Schubert saliente que “a história do nacionalismo angolano e da luta de libertação foi monopolizada” na presente era do pós-guerra, cita incorretamente o exemplo da supressão do feriado de 15 de Março pela lei de 2011, quando esse feriado já fora suprimido 36 anos antes. E, na verdade, a lei de 2011 consagrou legalmente o reconhecimento do 15 de Março (como Dia de Celebração Nacional), restabelecendo-o ao fim de décadas de ausência, o que sugere não uma monopolização absoluta, mas sim esforços para abrir e diversificar as narrativas.

Pouco tempo após a despromoção do feriado de Kassanje, surgiram cada vez mais pedidos para que fosse restabelecido. Essa despromoção, em 11 de Fevereiro de 2011, coincidiu também com o início da “Primavera Árabe” (marcada por manifestações de protesto na Tunísia em Dezembro, a queda do governo tunisino em 14 de Janeiro, protestos no Egipto em 25 de Janeiro e o início dos protestos na Líbia por volta de 15 de Fevereiro). Em Março, os activistas angolanos apelaram igualmente à organização de manifestações de protesto. A contínua dinâmica de crítica, protesto, repressão e reforma que teve lugar em Angola nos anos seguintes misturava-se com as reivindicações relativas ao feriado do 4 de Janeiro, ao monumento de Kassanje, às infra-estruturas regionais e às pensões, como descrevo a seguir.

Protestos, iniciativa local, promessa oficial do partido, reabilitação e mais promessas efémeras

A continuada ausência de construção e a despromoção do feriado só aumentaram as reclamações. Em 4 de Janeiro de 2015, estava prevista uma manifestação de protesto para exigir a reposição do feriado, incluindo uma concentração na Praça 4 de Fevereiro, na cidade de Malanje, mas foi reprimida pela

³⁷ Cf. Schubert, *Working*, 35. Há um boato propalado em algumas páginas da Internet e não só – e que Schubert refere (p. 202) a respeito da política do boato em Angola e de algumas opiniões do partido no poder – de que o destacado militante do MPLA Iko Carreira participou nos bombardeamentos. Contudo, não vi referências a Carreira em nenhum dos estudos de investigação histórica dos bombardeamentos que mencionam os nomes dos pilotos que os efectuaram (Carlos Alves, etc.). Carreira escreveu que não estava em Angola nessa altura, que já participava activamente em actividades nacionalistas clandestinas (incluindo através das relações familiares com o Cónego Manuel das Neves, que ajudou a fomentar a revolta), que tinha recebido formação como técnico de radar e não como piloto, e que tinha fugido de Portugal quando se ouviram rumores de que os militares de África que ali se encontravam seriam enviados para combater nas colónias. Ver I. Carreira, *Memórias* (Luanda: Nzila, 2005), 35–41; por exemplo, o comentário de SembaYetu em “Angola Ainda Chora Massacre dos Camponeses de Cassanje”, 3 de Janeiro de 2009, <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/20838/angola-ainda-chora-massacre-dos-camponeses-de-cassanje>, (acedido em Agosto de 2019).

polícia. No mês anterior, Dezembro, os protestos contra o regime tinham sido igualmente reprimidos em Luanda, o mesmo acontecendo, no mês de Maio seguinte, a uma manifestação organizada por antigos combatentes, também em Luanda. Nesse mês de Maio, terminou o julgamento do activista dos direitos humanos Rafael Marques (que escreveu sobre os diamantes de Kassanje) e, em Junho, foram presos jovens activistas “*revu*” (revolucionários), cujas acusações de rebelião e tentativa de golpe de Estado (posteriormente retiradas) foram anunciadas em Setembro.

Em Julho de 2016, após todos estes atrasos, os órgãos de comunicação social estatais noticiaram que os administradores locais estavam a tomar a iniciativa de construir um monumento/memorial diferente, embora em Kunda e não em Teka. Esta iniciativa resultou também da pressão exercida pelas autoridades tradicionais locais. As notícias dos órgãos de comunicação estatais referem o novo projecto de Kunda chamando-lhe umas vezes memorial e outras monumento. O projecto de 20 m² foi executado por uma empresa local, a Zé Pango, e incluiu um cemitério onde estavam sepultados os restos mortais de quatro *sobas* (Santos, Minguito, Capapa e Cabo) e havia um túmulo do soldado desconhecido. Dias depois do anúncio deste projecto local em Julho, o governador de Malanje afirmou que era necessário construir um memorial em Teka. A conclusão e a inauguração do monumento local de Kunda foram anunciadas pelos meios de comunicação estatais uma semana antes do Dia da Independência, em Novembro de 2016: outro exemplo de aproveitamento das celebrações nacionais pela iniciativa local.

Essa iniciativa local produziu efeitos mais vastos posteriormente. Em especial, vários meses depois, o MPLA comprometeu-se por escrito a “[c]onstruir um memorial aos mártires da Baixa de Cassanje”, como parte do seu detalhado Programa de Governação para o período 2017-2022. O MPLA lançou este programa em Fevereiro, após as celebrações do 4 de Janeiro de 2017 (nas quais o governador de Malanje depositou flores no cemitério de Teka), tendo em vista as eleições que viriam a realizar-se em Agosto de 2017. Talvez também com os olhos nas eleições, a Associação e o Rei de Kassanje tinham apresentado em Janeiro do mesmo ano, várias reivindicações respeitantes às pensões de reforma, ao restabelecimento do feriado e à construção de um memorial e do projecto de aldeia.

Após as eleições, em Janeiro de 2018, o Rei voltou a reivindicar as pensões e o restabelecimento do feriado. Pouco depois, nos primeiros meses de 2018, começaram as obras de reabilitação do cemitério lançadas pelo Governo Provincial de Malanje – que incluíram a vedação, o pórtico, o campo e outros aspectos – e que foram inauguradas em 17 de Setembro, o Dia do Herói, em honra de Agostinho Neto (mais um vez, aproveitado para uma iniciativa provincial). Tratou-se, todavia, de uma obra de reabilitação de pouca envergadura, realizada pelo Governo Provincial, e não da construção pelo governo nacional do novo memorial prometido no Programa de Governação para o período 2017-2022 que o MPLA apresentara às eleições. Esta reabilitação é, todavia, importante porque não se enquadra numa lógica política óbvia e simples, sendo um exemplo de obras que não foram prometidas (a promessa referia-se a um projecto novo) e que tiveram lugar depois, e não antes, das eleições.

No final desse ano, em 13 de Dezembro de 2018, o Ministro da Cultura declarou que o programa de investimento público previsto no orçamento de Estado para 2019 incluiria fundos para um “memorial

da Baixa de Cassanje” (referido em conjunto com os memoriais de Ebo e Ambuila, o cemitério Ngola e outros), embora eu não tenha encontrado no orçamento uma rubrica que lhe tenha sido especificamente consagrada. No mês seguinte, em 4 de Janeiro, a Associação e o Rei voltaram a reclamar a construção do monumento, a atribuição de pensões e o restabelecimento do feriado.

Conclusão: porque não se constrói?

É difícil explicar por que motivo o monumento e o projecto não foram construídos. Isto acontece, em parte, devido à dificuldade que geralmente existe em explicar muitas decisões internas do Estado, as motivações do povo em geral e as razões contrafactuais (porque é que algo não aconteceu). Como já foi dito, uma interpretação “pessimista” sugeriria que o monumento não foi construído porque as elites desprezam as zonas rurais e controlam tudo o que contradiga as narrativas mestras do MPLA sobre o seu papel exclusivo na luta de libertação nacional. Contudo, essa abordagem não consegue explicar por que razão não se construiu um pequeno monumento simbólico (como aconteceu noutros locais) – e, na verdade, fizeram-se pequenos melhoramentos –, nem porque é que o Estado executou outros tipos de projectos na mesma região, ou porque se dá, todos os meses de Janeiro, a tanto trabalho para destacar a importância de Kassanje. Se as celebrações estatais não visam afastar totalmente as pessoas, mas sim cooptá-las, por que razão se continua a adiar perpetuamente a construção de um novo memorial? As causas podem ser várias e ter a ver com as prioridades, com a estratégia e/ou com a incompetência burocrática ou o excesso de burocracia.

Os próximos parágrafos salientam que cooptar a população não é um acto fácil, isolado e contínuo – não há um interruptor para “cooptar” num painel de controlo. O reconhecimento deste facto também exige que abandonemos uma visão do espaço como algo uniforme e passivo, sobre o qual o Estado “difunde” ou “radia” poder (uma perspectiva “aérea”), e, em vez disso, vejamos o espaço como algo que é continuamente produzido numa intrincada dinâmica de relações sociais, em que qualquer intervenção tem múltiplas repercussões, bem como uma multiplicidade de potenciais conexões e significados suscetíveis de serem activados.

Uma visão maquiavélica poderia explicar o adiamento com o facto de a importância estratégica relativa da zona de Kassanje ter diminuído, enquanto o receio de uma mobilização popular aumentava, mas falta-nos explicar, mais uma vez, por que razão há celebrações estatais, mas não um projecto construído. Os esforços no sentido de utilizar essas celebrações para cooptar Kassanje também podem tornar o Estado mais suscetível a reivindicações, porque as décadas de declarações de responsáveis governamentais a glorificar os participantes na revolta e a enaltecer o significado dessa data implicam que um pequeno gesto não seja suficiente e possa ser interpretado como uma desconsideração, uma falta de respeito ou um incumprimento das responsabilidades assumidas pelo Estado.

Alguns responsáveis governamentais alegaram que o projecto não foi executado devido a dificuldades orçamentais associadas à recessão económica. Por exemplo, em 29 de Abril de 2016, o Administrador Municipal de Kela declarou, segundo foi noticiado, que o orçamento para o “cemitério/monumento” tinha sido aprovado em 2015, mas sofrera atrasos devido à conjuntura económica e financeira, incluindo os baixos preços do petróleo. Uma tal explicação só é plausível para um projecto grande e caro, pelo que a principal razão reside nas potenciais implicações e geografias mais gerais do projeto de Teka.

Por conseguinte, o adiamento poderá dever-se parcialmente aos temores de uma multiplicação de reivindicações consideradas complicadas e/ou caras. Como se disse na introdução, os planos da aldeia-modelo para Teka eram relativamente grandes e incluíam 30 casas destinadas a pessoas relacionadas com os massacres, um espaço de reunião (*jango*), uma escola primária, um posto médico, uma área de lazer, uma praça com jardim, um espelho de água, uma sala de conferências e uma biblioteca de consulta de estudos sobre o massacre. Como o Governador Cardoso observou, “é um projecto ambicioso que tem uma vertente social, cultural e recreativa”.

Embora o MPLA tenha reiterado recentemente o seu compromisso de construir um memorial, nada parece ter dito sobre a aldeia-piloto desde que, em 2012, Cardoso prometeu cumprir essa promessa de Neto. No entanto, em vez de cooptarem Kassanje, estas ações apenas continuaram a suscitar reclamações. As tentativas estatais de controlar e cooptar a narrativa são influenciadas pela especificidade de Teka e pelas tensões inatas nesta acumuladas. Ao não construir um monumento e ao limitar-se, em vez disso, a prometer um *memorial*, o estado controlado pelo MPLA *também* assumiu simultaneamente um compromisso em relação ao local do massacre em Teka e, através desse local, em relação à promessa feita por Neto de ali construir uma aldeia-piloto, o qual poderá expor o Estado/MPLA a mais reivindicações, vindas de toda a Baixa, para construir projectos de aldeia de maior dimensão (efetivamente, “se Teka conseguiu uma, nós também merecemos uma”).

Recapitulando, Teka foi o primeiro massacre, mas não o início da revolta, nem o único assassínio em massa, e não está fisicamente localizada na Baixa. Quando se começa a analisar a delicada questão de algumas “origens” isoladas da revolta, rapidamente se encontram concatenações espaciais e temporais complexas que para ela contribuíram. Por isso, embora se tenha dito até agora que os primeiros actos contra os agentes coloniais ocorreram no dia 4 de Janeiro, foi igualmente relatado que a população de Kassanje lançou acções contra as propriedades e o gado dos colonos ainda em Dezembro, ou talvez mesmo em Novembro. Como Freudenthal observa, a agitação política anticolonial violenta em Kassanje começou meses antes, aquando da própria independência congoleza, por volta de Junho de 1960³⁸.

Muito para além das poucas centenas de residentes em Teka, a Associação de Kassanje contava alegadamente com dezenas de milhares de associados (embora o número referido pelas notícias varie

³⁸ Freudenthal, “Dossier”.

ao longo dos anos e não se perceba ao certo como os associados são contabilizados). Porém, se fossem construídos projectos com a dimensão prevista nos planos de Teka para as dezenas e dezenas de milhares de angolanos da Baixa que foram afectadas ou descendem de pessoas afectadas pela revolta, além da complexidade do planeamento regional, os custos elevar-se-iam provavelmente a centenas de milhões, se não milhares de milhões, de dólares dos EUA (sem falar das pensões). Acresce que, para além dos planos relativos à aldeia de Teka, as celebrações do 4 de Janeiro têm sido repetidamente utilizadas para reivindicar a promoção de um maior desenvolvimento, incluindo escolas, postos médicos, estradas e pontes, torres de TV e rádio, eletricidade, água, projectos agrícolas, etc.

De um modo geral, outros chefes tradicionais da zona, como o Rei de Ndongo, Buba Nvula Dala Mana “Kabombo”, parecem ter-se solidarizado com os apelos à construção do monumento, mas também estão ainda à espera do apoio do Estado para os cemitérios dos chefes do passado, que são marcos históricos de enorme importância, bem como de infra-estruturas básicas para os seus distritos relativamente remotos e pobres³⁹. Além das questões dos custos e da complexidade, Teka também suscita questões extremamente difíceis e complexas no que se refere ao próprio cemitério, nomeadamente se a exumação e um novo enterro digno devem ser feitos nesse local e/ou noutra local da Baixa e de Angola, com todas as questões concomitantes de culpa, dor e reparação relacionadas com a era colonial e com a guerra, bem como questões suscitadas pelo facto de os cemitérios se inserirem em paisagens simbólicas ligadas à autoridade tradicional e às cosmologias de acção, ansiedade/desordem e poder de uma forma mais geral.

É crucial estudar esses pormenores e contradições para compreender as mudanças significativas que estão em curso na política angolana, bem como o modo como elas divergem substancialmente daquilo que eminentes analistas tinham previsto. Soares de Oliveira, por exemplo, analisou longamente algumas figuras extraordinárias, mas quase nada disse sobre o Presidente e o Vice-Presidente atuais, vaticinando que o afastamento do antigo presidente seria provavelmente “traumático”: “os bairros degradados criminalizados poderão explodir” e “mais prováveis são as reacções populistas que congregam ressentimentos étnicos, regionais e raciais⁴⁰. Schubert considerava também que o novo Presidente João Lourenço era “leal a Eduardo dos Santos e dificilmente se afigura um grande reformador”, presumindo que “quem quer que venha a suceder a dos Santos como presidente da república estará economicamente em dívida para com o seu círculo mais próximo”⁴¹.

Em suma, o presente artigo realçou a importância de analisar cuidadosamente os projectos de Kassanje e a Praça 4 de Fevereiro na cidade de Malanje, em conjunto e também relativamente a conjuntos de espaços mais vastos, como forma de ir além das interpretações simplistas de um poder sem entraves da elite em Angola. Realcei um conjunto mais vasto de geografias relacionadas com a

³⁹ Por exemplo, I. Soares, “Ministro da Administração do Território Anunciou Monumento Consagrado aos Reis do Ndongo e Matamba”, e “Governadores Esqueceram Reino do Ndongo”, *Novo Jornal*, 26 de Outubro de 2012, 20.

⁴⁰ Soares de Oliveira, *Magnificent*, 208, 217.

⁴¹ Schubert, *Working*, 193.

guerra e com a revolta, que são simultaneamente inerentes e associadas pelo povo aos cemitérios, planos de memorial e de aldeia, e monumento proposto, de Kassanje. Entre todas as conversas, experiências, memórias e celebrações, é muito difícil manter a distinção sutil, *na prática, na consciência pública*, entre um “memorial aos mártires” e um “monumento aos heróis”. Mais ainda quando o Dia dos Mártires da Repressão Colonial é celebrado no início da revolta e não no dia do massacre ocorrido em Teka. Do mesmo modo, atravessar a pé a cidade de Malanje é abrir caminho através de um mar de significantes potenciais e teias de relações, e aquilo que sentimos, invocamos ou recebemos depende das circunstâncias, havendo normalmente recursos para contestar, aproveitar ou reformular.